

CTUR

COMISSÃO DE TURISMO

Relatório Anual de Atividades - 2023

Brasília
2023

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

56ª Legislatura (2019-2023) – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Lincoln Portela

2º Vice-Presidente

André de Paula

1º Secretário

Luciano Bivar

2º Secretário

Odair Cunha

3ª Secretária

Geovania de Sá

4ª Secretária

Rosangela Gomes

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Eduardo Bismarck

2º Suplente

Gilberto Nascimento

3º Suplente

Alexandre Leite

4º Suplente

Cássio Andrade

Diretor-Geral

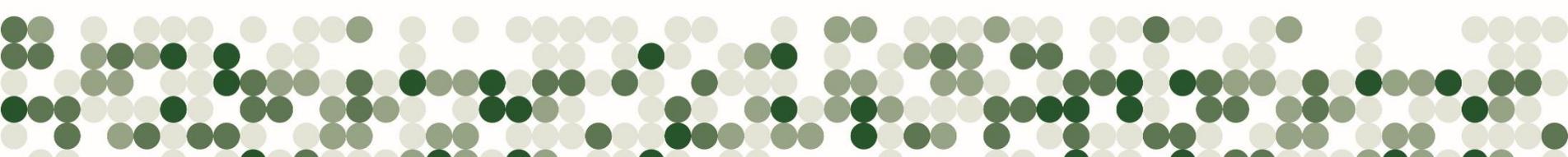
Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

SUMÁRIO

Membros da CTur	7
Destaques da CTur	12
Audiências Públicas e Seminários	35
CTur em números	84
Proposições na CTur em 2023	86
Requerimentos	87
Proposições apreciadas	95
Projetos rejeitados	102
Emendas orçamentárias aprovadas pela CTur	103
Equipe Técnica	104



Comissão de Turismo

Presidente

Romero Rodrigues

1º Vice-Presidente

Fábio Macedo

2º Vice-Presidente

Vermelho

3º Vice-Presidente

Marcos Aurélio Sampaio

Diretor Legislativo

Wagner Primo Figueiredo Júnior

Diretor do Departamento de Comissões

João Batista Silva Aragão Junior

Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes

Marcelo Brandão Lapa

Secretário-Executivo

Calebe Nunes Silva

CRÉDITOS

Projeto Gráfico

Serviço de Publicidade – Secretaria de Comunicação Social

Texto e edição

Agência Câmara
Comissão de Turismo

Fotos

Agência Câmara
Comissão de Turismo

Diagramação

Christiano de Lima Silva (com adaptações)

Membros da CTur



Presidente:

Romero Rodrigues (PODE/PB)

1º Vice-Presidente:

Fábio Macedo (PODE/MA)

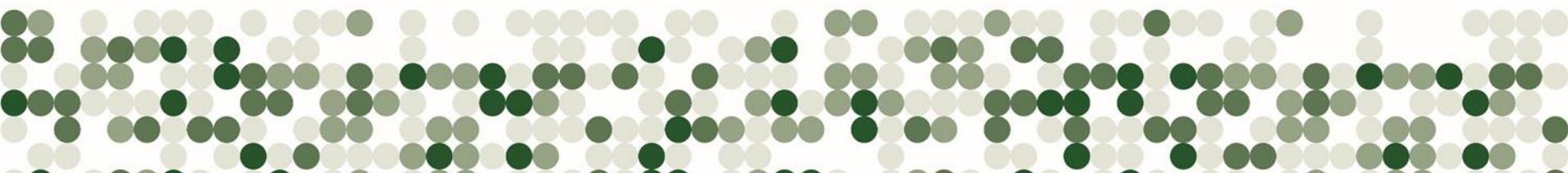


2º Vice-Presidente:

Vermelho (PL/PR)

3º Vice-Presidente:

Marcos Aurélio Sampaio (PSD/PI)



Membros Titulares



Alex Manente
CIDADANIA/SP



Ana Paula Leão
PP/MG



Carlos Gomes
REPUBLICANOS/RS



Carlos Henrique Gaguim
UNIÃO/TO



Delegado Fabio Costa
PP/AL



Fábio Macedo
PODE/MA



Hercílio Coelho Diniz
MDB/MG



Jorge Goetten
PL/SC



José Airton Félix Cirilo
PT/CE



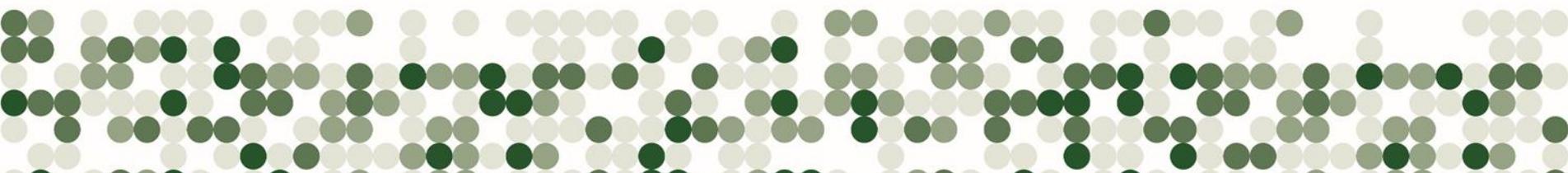
Júnior Mano
PL/CE



Keniston Braga
MDB/PA



Leur Lomanto Júnior
UNIÃO/BA





Marco Brasil
PP/PR



Paulo Azi
UNIÃO/BA



Rafael Brito
MDB/AL



Robinson Faria
PL/RN



Washington Quaquá
PT/RJ

Membros Suplentes



AJ Albuquerque
PP/CE



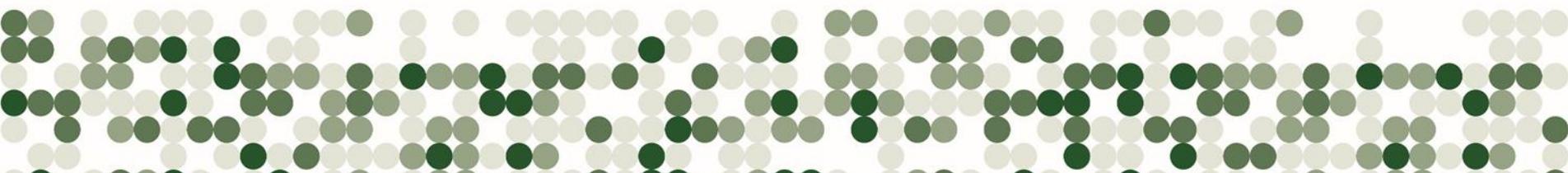
Bacelar
PV/BA



Bibo Nunes
PL/RS



Coronel Telhada
PP/SP





Daniel Trzeciak
PSDB/RS



Eduardo Bismarck
PDT/CE



Fábio Reis
PSD/SE



Felipe Carreras
PSB/PE



Igor Timo
PODE/MG



Kiko Celeguim
PT/SP



Luiz Gastão
PSD/CE



Marx Beltrão
PP/AL



Murilo Galdino
REPUBLICANOS/PB



Newton Cardoso Jr
MDB/MG



Paulinho Freire
UNIÃO/RN



Pedro Lucas Fernandes
UNIÃO/MA



Rodolfo Nogueira
PL/MS

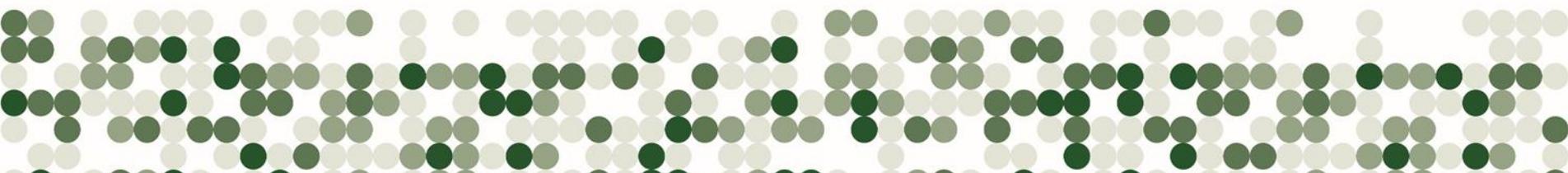


Rosana Valle
PL/SP



Thiago de Joaldo
PP/SE

Composição em 04/10/2023.



Destques da CTur

15 de março de 2023

Comissão de Turismo será presidida pelo deputado Romero Rodrigues

Deputado vai privilegiar fortalecimento da cadeia produtiva do setor e não vai se guiar por discursos ideológicos

Najara Araujo/Câmara dos Deputados



Romero Rodrigues: Turismo responde por 8% do PIB e gera 7 milhões de empregos

O deputado Romero Rodrigues (PSC-PB) foi eleito nesta quarta-feira (15) presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados. Ele substituirá o ex-deputado Rodrigo Coelho (SC) no cargo.

O parlamentar observou que o turismo é uma indústria "limpa" que responde por 8% do PIB, gerando mais de 7 milhões de empregos no País. Segundo ele, os trabalhos do colegiado vão privilegiar o fortalecimento da cadeia produtiva do setor e não vão se guiar por discursos ideológicos.

"Nós temos que estimular essa máquina e fazê-la funcionar da melhor forma possível. Aqui nós vamos agir de forma transparente e imparcial, permitindo que cada um possa representar o seu estado", disse.

Romero Rodrigues é agrônomo e está em seu segundo mandato na Câmara, tendo renunciado o primeiro mandato (2011-2015) para assumir a Prefeitura de Campina Grande.

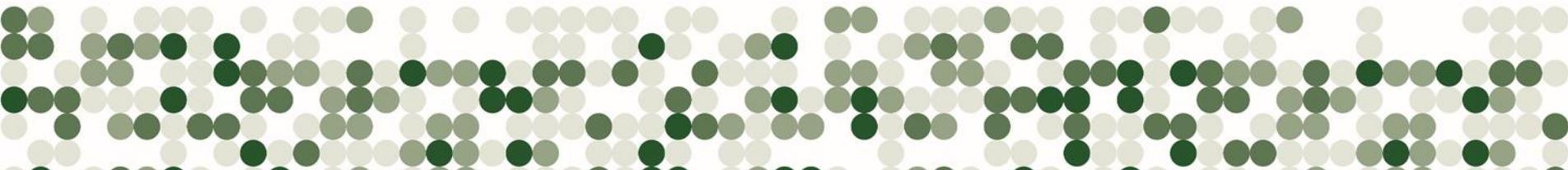
O que faz a comissão

Entre outros temas, a Comissão de Turismo debate e vota propostas relacionadas a política e sistema nacional de turismo; exploração das atividades e dos serviços turísticos; e parcerias entre entidades públicas e não governamentais que atuem na formação de política de turismo.

Reportagem – Emanuelle Brasil

Edição – Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias.



4 de maio de 2023

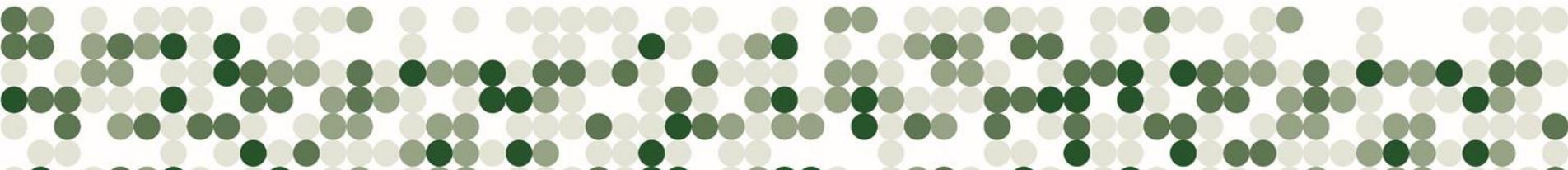
Comissão aprova projeto que cria programa de incentivo financeiro aos turistas domésticos

Parcela para vale-turismo poderá ser descontada em folha e o valor será acrescido pelo empregador no equivalente a 25%

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Eduardo Bismarck recomendou a aprovação da proposta



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 4537/21](#), que institui o programa Conhecendo o Brasil, para incentivo ao turismo doméstico, e cria o vale-turismo, de adesão facultativa por trabalhadores e empresas, mas irretratável no período de 12 meses.

O relator, deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), recomendou a aprovação. “Mais de 20 entidades representativas do setor turístico contribuíram para a construção desta proposta, que apresenta um texto muito bem elaborado na busca de uma ferramenta de fomento efetivo do turismo nacional”, afirmou Eduardo Bismarck.

O vale-turismo corresponderá a até 15% do salário, mediante desconto em folha, e será acrescido pelo empregador no equivalente a 25% do valor reservado pelo empregado.

A parcela do trabalhador será isenta da contribuição à Previdência Social e o total dado pelas empresas poderá ser deduzido em outros tributos.

Ao apresentar a proposta, o ex-deputado Otavio Leite (RJ) afirmou que o objetivo é fomentar o turismo nacional, criando meios financeiros específicos para que as pessoas tenham acesso a bens e serviços dentro do País. “Há ampla demanda da população interessada no turismo, mas faltam os recursos”, disse Otavio Leite.

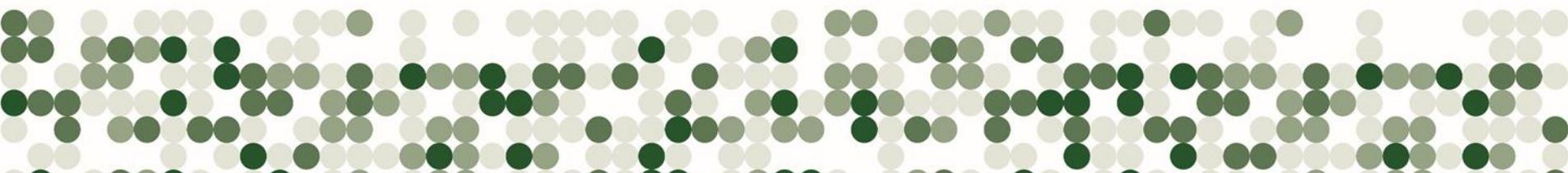
Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Trabalho; de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Ralph Machado

Edição – Rachel Librelon

Fonte: Agência Câmara de Notícias



18 de maio de 2023

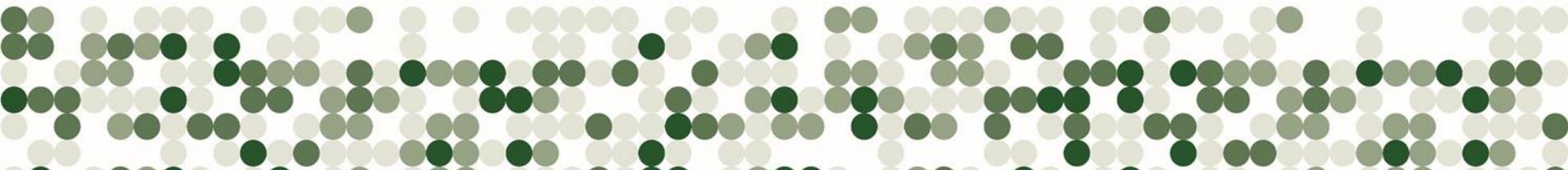
Comissão aprova projeto que exige análise do impacto turístico nas unidades de conservação

Plano de manejo deve contemplar os limites de capacidade de receber turistas e requisitor para a instalação de novos equipamentos

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Eduardo Bismarck recomendou a aprovação da proposta



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei pela qual o plano de manejo a ser apresentado pelas unidades de conservação brasileiras deverá incluir uma análise de impacto turístico. O texto insere dispositivos na [Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza](#).

O texto aprovado foi o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), ao [Projeto de Lei 531/20](#), do deputado Felipe Carreras (PSB-PE). Segundo o relator, houve necessidade de ajustes de redação e técnica legislativa.

“É imperioso que saibamos cuidar dos recursos naturais e, num processo de análise e avaliação, encontrar estratégias ambientalmente seguras de combinar atrativos turísticos e conservação responsável”, afirmou Bismarck. “Não podemos deixar que o interesse turístico prejudique as áreas de proteção”, disse Carreras.

Atualmente, o plano de manejo das unidades de conservação deverá abranger a área total, a zona de amortecimento e os corredores ecológicos, com medidas para integração dos parques à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

O texto aprovado exige que a análise de impacto turístico contemple os limites de capacidade de receber turistas, requisitos para a instalação de novos equipamentos e será assegurada a ampla participação da população residente.

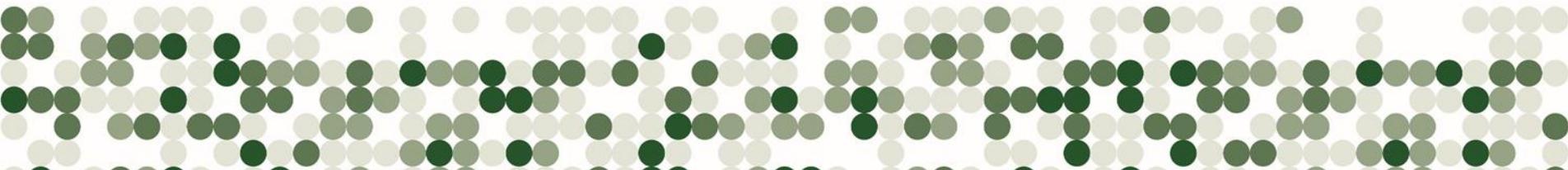
Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Ralph Machado

Edição – Rachel Librelon

Fonte: Agência Câmara de Notícias



15 de agosto de 2023

Comissão aprova projeto que prevê legendas em três idiomas em placas de trânsito das regiões turísticas

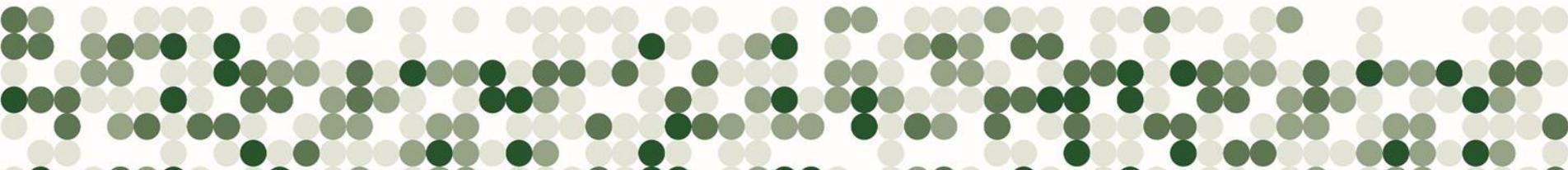
Segundo o texto, regra também deverá ser aplicada nos terminais de passageiros interestaduais e internacionais

Will Shutter/Câmara dos Deputados



Vermelho: há muito o que melhorar na sinalização das rodovias e das cidades

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê o uso de legendas nos idiomas português, espanhol e inglês nas placas de trânsito instaladas em trechos de interesse turístico ou próximos à fronteira com outros países. O texto insere dispositivos no [Código de Trânsito Brasileiro \(CTB\)](#).



Foi aprovado o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Vermelho (PL-PR), para o [Projeto de Lei 7033/14](#), do senador Jayme Campos (União-MT), e apensados. Atualmente, esse tipo de sinalização não é previsto no Código de Trânsito.

“Há muito o que melhorar na sinalização das rodovias, das cidades e até mesmo internamente a órgãos públicos e privados”, comentou o deputado Vermelho no parecer aprovado. “Com frequência, não só os turistas, mas os próprios brasileiros se veem perdidos em razão da deficiente sinalização”, disse o relator.

Conforme o substitutivo aprovado, a sinalização vertical de indicação e a especial de advertência, quando não expressas exclusivamente por meio de pictograma, deverão conter as legendas em três idiomas. Essa regra também deverá ser aplicada nos terminais de passageiros interestaduais e internacionais.

O texto prevê ainda que as placas existentes e que não atendam aos dispositivos da futura lei serão substituídas apenas quando desgastadas ou danificadas além da possibilidade de reparo ou então para a inserção de novas informações.

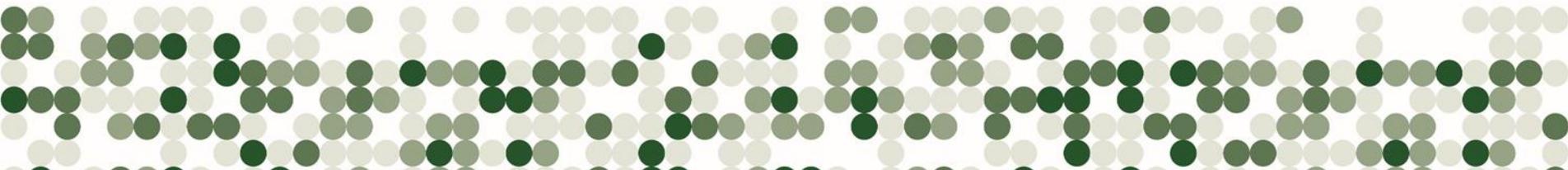
Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Ralph Machado

Edição – Marcia Becker

Fonte: Agência Câmara de Notícias



21 de setembro de 2023

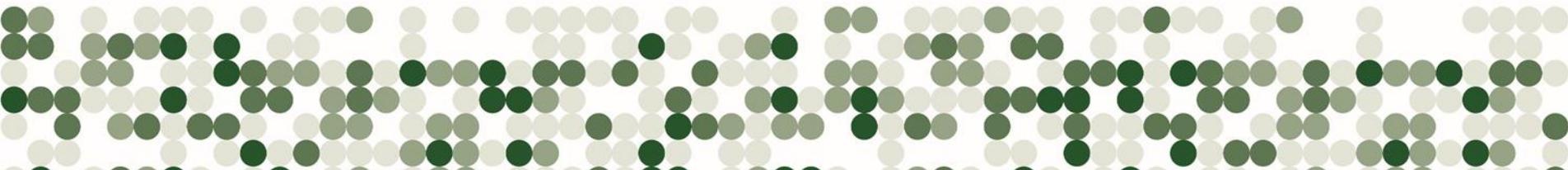
Comissão aprova projeto que autoriza hotel a reduzir diária para preparar quarto para novo hóspede

A proposta será ainda analisada pela Comissão de Constituição e Justiça

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Thiago de Joaldo recomendou a aprovação do projeto com mudanças



A Comissão do Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto que autoriza hotéis a anteciparem em até duas horas a saída de hóspedes a fim de preparar a unidade para o próximo cliente. O texto altera a [Lei Geral do Turismo](#), que define a duração da diária hoteleira em 24 horas.

O relator, deputado Thiago de Joaldo (PP-SE), ponderou que obrigar os hotéis a respeitar a duração completa da diária, como prevê o Projeto de Lei 641/11, do deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), prejudicaria o funcionamento do setor hoteleiro.

Ele defendeu a aprovação de um texto substitutivo que reúne o PL 641/11 e os apensados.

“Há de se ter em mente que existe uma impossibilidade prática de se concederem efetivas 24 horas de diária”, afirma. “Esquece-se que, entre a saída de um cliente e a entrada de outro, é necessária a realização de limpeza e de arrumação do quarto, que, obviamente, demanda algum tempo”, pontuou o relator.

Ele também excluiu a previsão de multa para estabelecimentos que descumprirem a diária de 24 horas. “A Lei 11.771/08 já prevê penalidades em caso de não observância de seus dispositivos”, acrescentou.

Novas hospedagens

Thiago de Joaldo aproveitou para incluir na Lei do Turismo a definição de estabelecimentos que prestam serviços de alojamento temporário por meio de sites e aplicativos, como Airbnb e Vrbo.

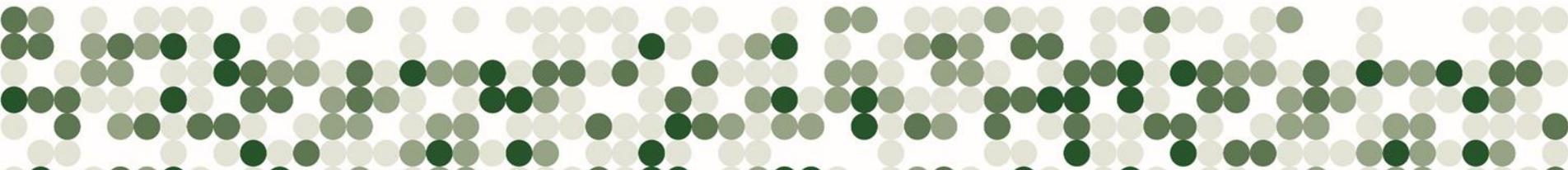
Tramitação

A proposta será ainda analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias



10 de novembro de 2023

Comissão aprova programa de incentivo ao turismo educativo na rede pública de ensino

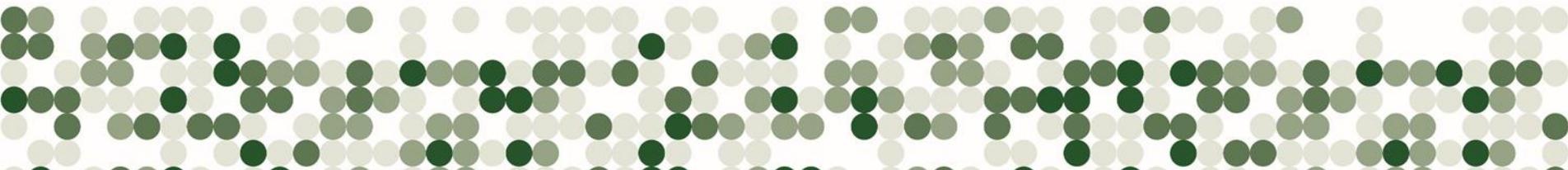
O projeto será analisado agora pelas comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Bacelar foi o relator na comissão

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que institui o Programa Nacional de Turismo Educativo (Pronte), com objetivo de proporcionar visitas de alunos de escolas públicas a atrativos turísticos, culturais e naturais de destinos nacionais.



Pela proposta, caberá ao Ministério do Turismo a coordenação do Pronte e a articulação com estados, municípios e escolas para efetivar o programa.

Entre os objetivos do programa estão a promoção, para os estudantes das escolas públicas, da democratização do acesso aos atrativos culturais e naturais brasileiros; a valorização da história do País e a preservação dos patrimônios culturais e naturais; e o estímulo à consciência crítica em relação a problemas ambientais, culturais e sociais do País.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Bacelar (PV-BA), ao [Projeto de Lei 676/23](#), do deputado Delegado Fabio Costa (PP-AL).

Ajustes

Bacelar fez ajustes no texto, retirando, por exemplo, a previsão de que o programa seria custeado com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). “O Fungetur está obrigado a operar somente por meio de instituições financeiras e a título de financiamento reembolsável, não lhe sendo permitido o repasse de recursos a fundo perdido para estados, municípios e instituições de ensino”, justificou.

O relator concorda com o autor que o turismo pedagógico pode desempenhar um papel fundamental na educação, complementando o ensino formal e proporcionando significativas oportunidades de aprendizado fora do ambiente tradicional de sala de aula.

“Ele ajuda a tornar a educação mais dinâmica, envolvente e relevante, ao mesmo tempo em que incentiva o desenvolvimento pessoal e a formação de cidadãos conscientes e críticos”, disse. Bacelar acrescentou que o programa também poderá ser benéfico para a indústria turística.

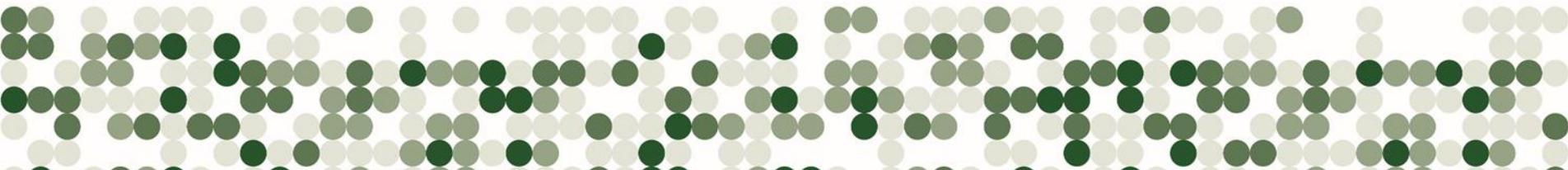
Tramitação

O projeto será analisado agora, em caráter conclusivo, pelas comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Lara Haje

Edição – Rodrigo Bittar

Fonte: Agência Câmara de Notícias



23 de novembro de 2023

Comissão aprova definição de atividades privativas das agências de turismo receptivo

Empresas serão responsáveis por recepção, transferência e assistência ao turista na cidade de destino

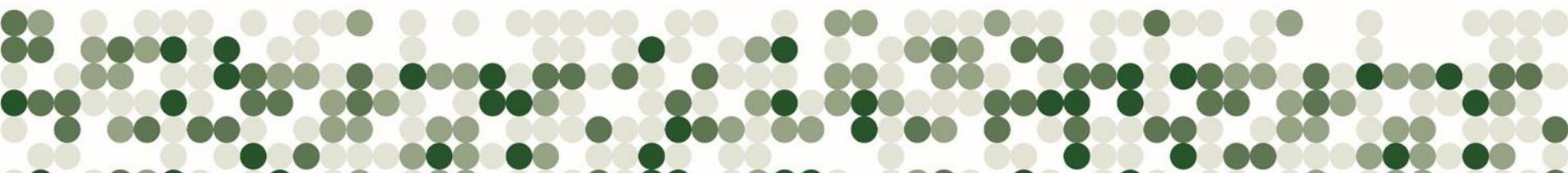
Renato Araújo/Câmara dos Deputados



O relator, Bacelar: “Empresas serão retiradas do limbo geral em que se encontram”

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 4099/23](#), que acrescenta as agências de turismo receptivo entre as modalidades do setor. O texto altera a [Lei 12.974/14](#), que regulamenta as atividades da área.

O relator, deputado Bacelar (PV-BA), recomendou a aprovação. “A proposta permitirá que, ao serem autorizadas para uma atuação em caráter exclusivo, as empresas sejam retiradas do limbo legal em que hoje se encontram”, defendeu.



Conforme a proposta, além da prestação de outros serviços de interesse dos viajantes, as agências de turismo receptivo terão como atividades privativas:

- a recepção, a transferência e a assistência ao turista na cidade de destino;
- a criação e a execução de passeios; e
- o acolhimento turístico.

Segundo o autor da proposta, deputado Helder Salomão (PT-ES), as mudanças seguem a Lei Geral do Turismo e eliminam lacunas existentes hoje. “As agências de turismo receptivo são componente importantíssimo do setor”, afirmou.

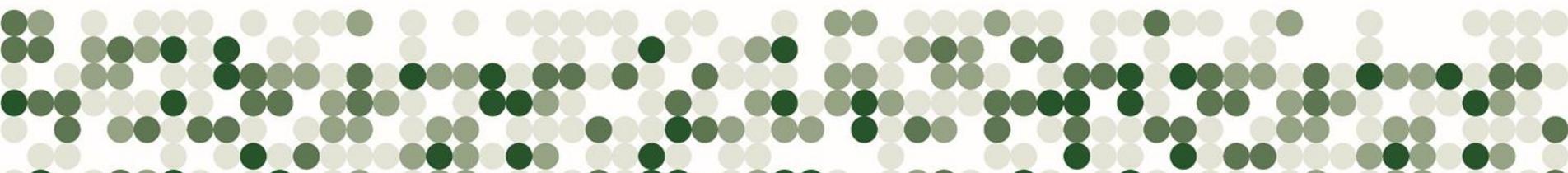
Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Reportagem/RM

Edição – Francisco Brandão

Fonte: Agência Câmara de Notícias



27 de novembro de 2023

Comissão aprova tratamento isonômico a religiões em políticas de apoio ao turismo

Projeto de lei ainda será analisado por uma comissão da Câmara

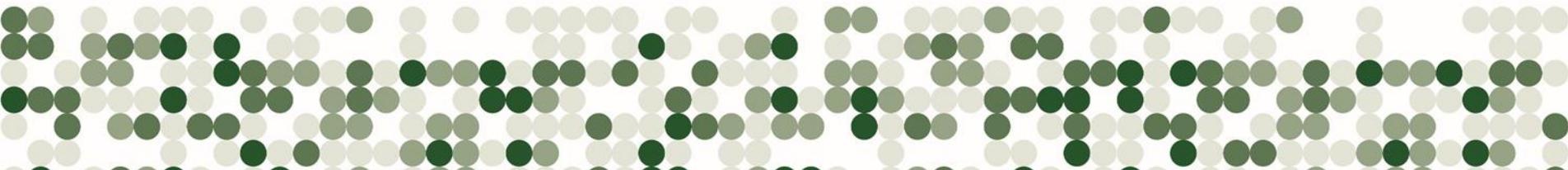
Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Eduardo Bismarck, relator da proposta

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou proposta determinando que o poder público trate de forma isonômica todas as crenças religiosas nos processos de formulação e execução de políticas de incentivo e apoio ao turismo religioso.

O texto aprovado é o Projeto de Lei 2437/22, do ex-deputado Roberto Alves (SP). O relator, deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), recomendou a aprovação.



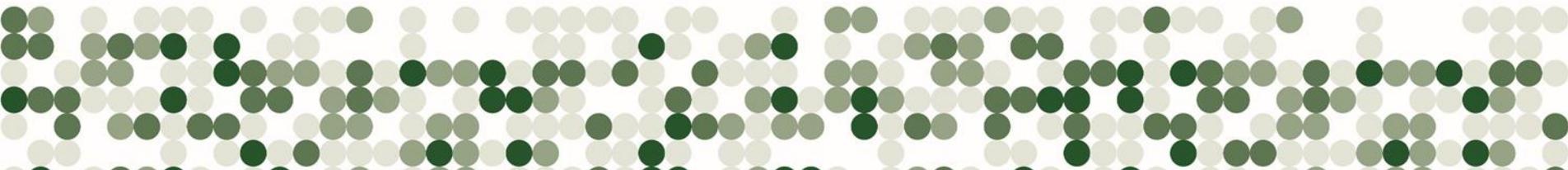
“Para o interesse turístico, entendemos ser contraproducente a falta de fomento do Estado por razões confessionais do mandatário ou mesmo da maioria da população de determinada região”, disse Bismarck.

O PL 2437/22 será analisado agora, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias



11 de janeiro de 2024

Comissão aprova criação de fundo para a promoção do ecoturismo no Brasil

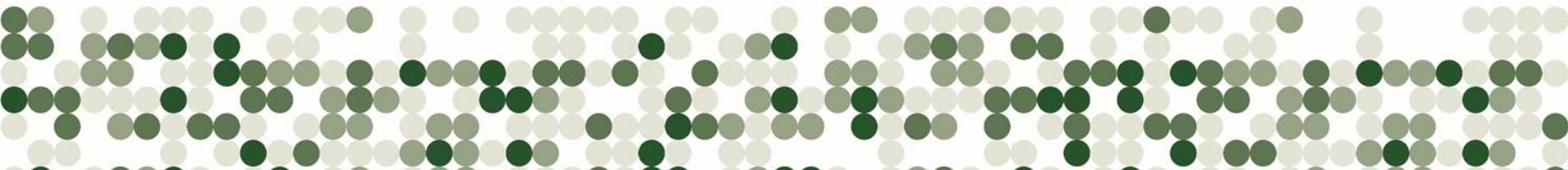
Proposta será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Eduardo Bismarck relatou a proposta

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou em dezembro projeto que institui um fundo para promover o ecoturismo no Brasil. A proposta, do ex-deputado Walter Alves (RN), recebeu parecer favorável do relator, deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE).



Conforme o Projeto de Lei 3045/21, o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo (Fundeco) será formado a partir de diversas fontes, como operações de crédito internas e externas, e contribuições, doações, subvenções e auxílios de entidades nacionais e estrangeiras.

O fundo também poderá receber recursos do orçamento federal e do superávit financeiro da União apurado em cada exercício.

Os recursos serão utilizados para financiar planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos como de interesse ecoturístico. Poderão ainda ser usados na capacitação de mão de obra para o setor e em cooperação técnica.

“Desta forma, serão ampliadas as oportunidades de geração de trabalho e de renda, será favorecida a inclusão social e serão promovidas a valorização e a proteção do patrimônio natural”, explicou o deputado.

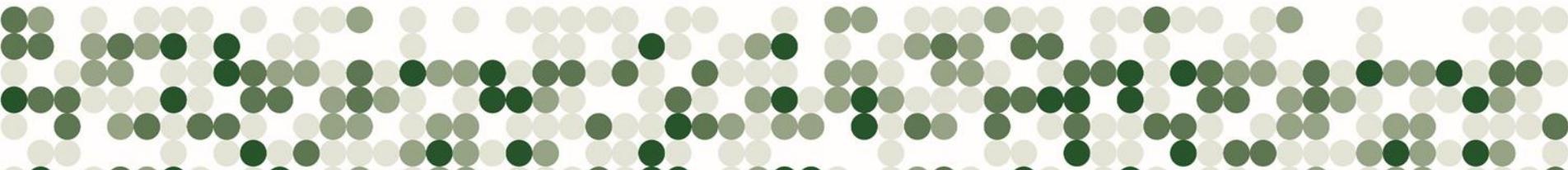
Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier

Edição – Rodrigo Bittar

Fonte: Agência Câmara de Notícias



11 de janeiro de 2024

Comissão aprova projeto que cria passaporte equestre

Documento poderá facilitar o trânsito de cavalos, asnos e mulas em todo o território nacional

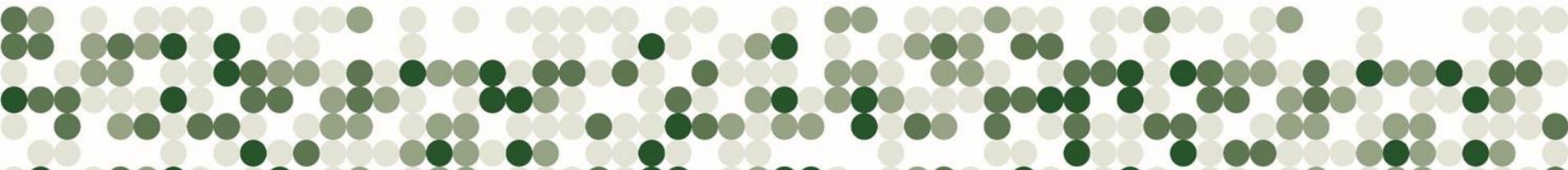
Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Rodolfo Nogueira, relator do projeto de lei

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou em dezembro projeto que cria o passaporte equestre para facilitar o trânsito de cavalos, asnos e mulas em todo o território nacional (PL 3650/21).

A proposta estabelece que o passaporte será emitido para participação em cavalgadas, desfiles, treinamentos, concursos, provas ou qualquer outra atividade ou evento de natureza cultural, desportiva ou de lazer e, ainda, para o exercício de atividades equestres de turismo, trabalho rural, policiamento ou de auxílio terapêutico.



Pelo texto, o passaporte poderá ser considerado documento oficial, regularmente expedido e com registros sanitários válidos, equivalente à Guia de Transporte de Animal (GTA), e substituirá qualquer outro documento para fins de trânsito e regularidade fiscal do animal.

De autoria do ex-deputado Nivaldo Albuquerque (AL), o projeto prevê ainda que todas as informações constantes do documento sejam prestadas por médico veterinário cadastrado como responsável técnico perante a Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Validade do passaporte

De acordo com a proposta, a validade do passaporte será de um ano, e sua regularidade estará vinculada à validade das vacinas, exames, atestados clínicos e laboratoriais obrigatórios aos equídeos e à comprovação das mesmas através de laudo que deverá ser apresentado juntamente com o passaporte equestre.

O período total do trânsito deverá estar dentro da validade dos exames negativos para anemia infecciosa equina. Esses exames serão emitidos por laboratórios oficiais ou credenciados pela Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura. A validade dos exames será de seis meses.

O relator do projeto, deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS), apresentou parecer favorável ao texto. “Eventuais atividades turísticas das quais participem esses animais restariam menos embaraçadas. É o caso de desfiles, eventos tradicionais com cavalos ou mesmo passeios e percursos realizados a cavalo”, justifica o parlamentar.

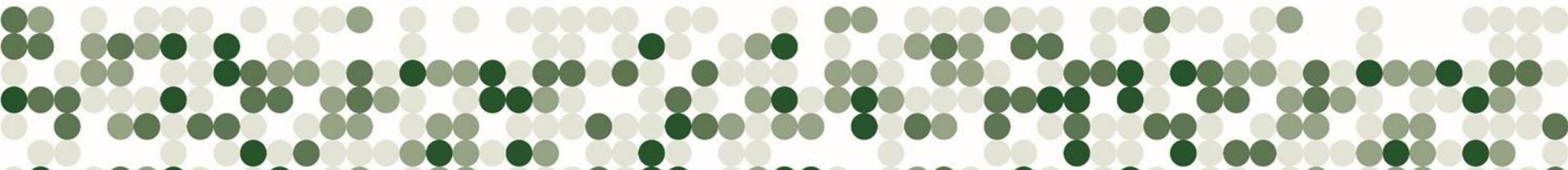
Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier

Edição – Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias



12 de janeiro de 2024

Comissão aprova projeto que concede desconto para pessoa com deficiência em hotel sem acessibilidade

Estabelecimento que descumprir a regra estará sujeito a penalidades; proposta segue em análise na Câmara

Paulo Valadares/Câmara dos Deputados



Paulinho Freire foi o relator do projeto de lei

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou em dezembro proposta que garante a pessoas com deficiência desconto de 10% na diária de hotéis ou pousadas que, por razões técnico-estruturais, não oferecem dormitório acessível.

Atualmente, o [Estatuto da Pessoa com Deficiência](#) já exige que hotéis e pousadas ofertem, pelo menos, 10% dos dormitórios com acessibilidade, com o mínimo de uma unidade.

Pelo texto aprovado, os estabelecimentos que, por impossibilidade técnica devido a riscos estruturais da edificação, não possam cumprir a meta deverão comprovar a condição por meio de laudo técnico estrutural e garantir desconto de 10% na diária para pessoas com deficiência.

O descumprimento da regra sujeita o infrator a multa ou suspensão do alvará de funcionamento.

Substitutivo

O texto foi aprovado na forma do substitutivo do deputado Paulinho Freire (União-RN) ao [Projeto de Lei 230/19](#), do ex-deputado Roberto de Lucena (SP).

“É uma solução inteligente para a questão, pois torna mais justa a competição entre os meios de hospedagem já existentes e compensa economicamente a pessoa com deficiência que se hospeda em dormitórios pouco acessíveis”, disse Freire.

A proposta estabelece ainda que um aviso sobre o direito à redução na diária seja colocado em local visível no hotel. Além disso, os sites dos estabelecimentos deverão informar sobre as unidades para pessoas com deficiência.

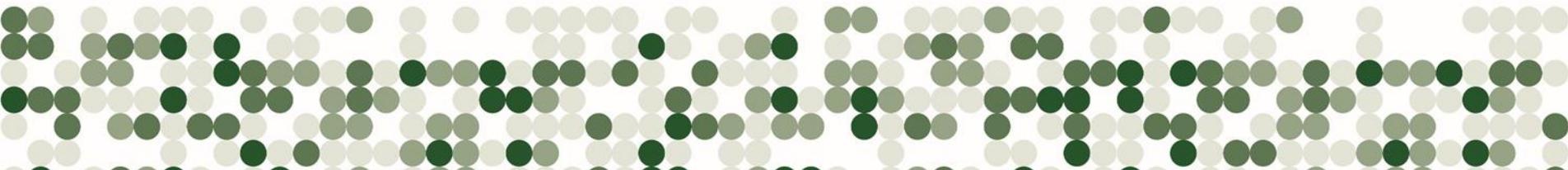
Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Rodrigo Bittar

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Audiências Públicas e Seminários

12 de abril de 2023

Comissão de Turismo discute isenção de visto para diversos países

Tânia Rego/Agência Brasil



Banhistas lotam praia no Rio de Janeiro no verão

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados promove nesta quarta-feira (12) audiência pública para tratar da isenção de vistos para turistas dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão. Recentemente, o governo brasileiro revogou a isenção unilateral de visto de turistas desses países para ingresso no Brasil, benefício concedido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. O evento será realizado às 15 horas, no plenário 5.

A audiência pública foi solicitada pelo deputado Bibó Nunes (PL-RS), para quem o setor econômico-turístico brasileiro não pode abrir mão de divisas facilitadas pela queda da burocracia. "A grande pergunta é: o que o trade (gerador de riquezas e empregos) tem a dizer?", indaga.

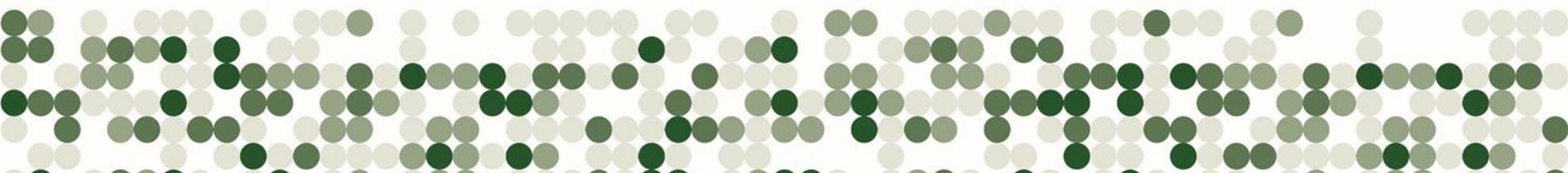
Convidados

Foram convidados para participar da discussão, entre outros:

- o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeaer), Eduardo Sanovicz;
- o presidente da Associação Brasileira de Turismo Receptivo (Bito), Salvador Saladino;
- o presidente-executivo do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (Fohb), Orlando de Souza;
- o presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur), Fabrício Amaral;
- o presidente da Associação Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo (Anseditur), Alexandre Pereira.

Da Redação - AC

Fonte: Agência Câmara de Notícias



26 de abril de 2023

Comissões debatem com ministro Márcio França políticas para portos e aeroportos

Whitelook/DepositPhotos



Audiência vai debater a infraestrutura aeroportuária

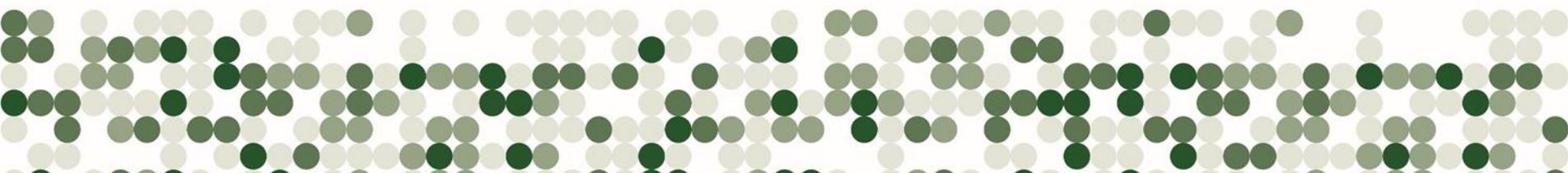
As comissões de Turismo; e de Viação e Transportes realizam audiência pública conjunta nesta quarta-feira (26) com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. O encontro será realizado às 15 horas, no plenário 5.

O deputado Washington Quaquá (PT-RJ), que pediu a presença de França, disse que a audiência irá discutir o panorama da infraestrutura portuária e aeroportuária brasileira e as perspectivas de atuação do novo governo para o setor.

A presença de Márcio França também atendeu pedido dos deputados Jonas Donizette (PSB-SP) e Cezinha de Madureira (PSD-SP).

Da Redação - RS

Fonte: Agência Câmara de Notícias



26 de abril de 2023

Ministro detalha programa que prevê passagem aérea a R\$ 200

Em audiência pública na Câmara, Márcio França anunciou também que o governo quer criar mais 100 aeroportos regionais

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, apontou na Câmara dos Deputados novos detalhes do futuro programa do governo federal que pretende democratizar o acesso ao transporte aéreo. França participou, nesta quarta-feira (26), de audiência conjunta das comissões de Turismo e de Viação e Transporte. Com o nome provisório de “Voa Brasil”, o programa visa a redução do valor da passagem aérea, tem alvo na população de baixa renda e deve ser lançado até agosto, segundo França.

“A adesão é voluntária; portanto, a empresa não é obrigada a aderir. Não tem subsídio do governo na passagem. O preço é de até R\$ 200. Assento e rotas, quem vai definir são as empresas. Latam, Gol e Azul já toparam entrar. Agora, estamos na fase de conversar com cada um dos aeroportos para que eles nos ofereçam um benefício, porque não teria sentido o sujeito pagar R\$ 200 pela passagem e R\$ 60 pela taxa de embarque”, explicou.

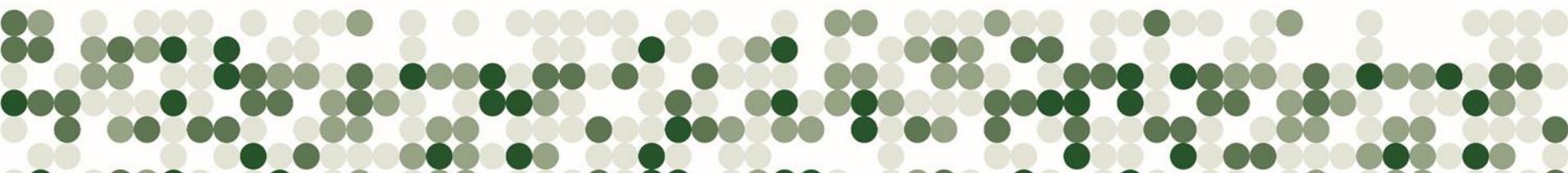
Uma das alternativas em estudo é que parte da taxa de embarque seja devolvida em forma de *cash back* para consumo no próprio aeroporto. O ministro exemplificou o público-alvo que pode ser atendido pelo “Voa Brasil” em rotas e horários alternativos.

“A nossa previsão é que um casal de aposentados, por exemplo, vai pagar R\$ 800 ida e volta para qualquer lugar do Brasil. Se [a compra da passagem] for pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal, isso vai dar 12 prestações de R\$ 72. É uma passagem que fica viável para muitas pessoas”, calculou França.

A redução do “custo Brasil” nos combustíveis de aviação e o incentivo a práticas internacionais de concorrência por meio de empresas aéreas de baixo custo (“*low cost*”) também estão nas metas do ministério.

Em relação à infraestrutura, Márcio França anunciou a intenção de colocar mais 100 aeroportos regionais em pleno funcionamento até o fim do governo Lula. O primeiro entrou em operação recentemente em Linhares (ES), e a meta é chegar a um total de 222 aeroportos com voos regulares no País.

O ministro prevê parcerias com a Infraero e público-privadas para aumentar a capacidade de execução das obras. “O nosso problema no governo federal hoje não é dinheiro. Nosso problema é conseguir executar as obras. Eu acho que vencer as etapas da burocracia é um desafio especial do Legislativo para encontrar saídas para a gente não ficar com o recurso [parado], sem poder fazer a infraestrutura necessária para o Brasil inteiro”, disse.



Concessões

Com críticas pontuais à privatização, o ministro também falou sobre as perspectivas de nova licitação em concessões de aeroportos malsucedidas, como Galeão, Viracopos e Natal.

Ele disse ainda que discute com o Ministério da Justiça a criação de uma gestão de inteligência aeroportuária e de mecanismos que evitem transtornos como o enfrentado recentemente pelas brasileiras que tiveram as etiquetas das malas trocadas, no aeroporto de Guarulhos, e acabaram injustamente presas, na Alemanha, por suspeita de tráfico de drogas.

Márcio França elogiou o Congresso Nacional, que ajudou a aumentar de R\$ 325 milhões para cerca de R\$ 1 bilhão o orçamento de portos, aeroportos e hidrovias por meio de desdobramentos da chamada “PEC da Transição”, já convertida em emenda constitucional ([EC 126](#)).

O ministro prevê maior incentivo à infraestrutura dos portos por meio de investimentos públicos e atração de investimentos privados; extensão dos serviços concedidos à iniciativa privada, como cabotagem, manutenção e sinalização; e implementação de projetos de inovação e sustentabilidade ambiental.

Quanto às hidrovias, Márcio França anunciou as metas de melhorar o atendimento aos 17 milhões de passageiros da região Norte e de ampliar a atual extensão de 19 mil para 42 mil km.

Vários deputados assinaram os requerimentos de audiência para conhecerem as prioridades do Ministério de Portos e Aeroportos, entre eles o presidente da Comissão de Viação e Transporte, Cezinha de Madureira (PSD-SP). O presidente da Comissão de Turismo, deputado Romero Rodrigues (PSC-PB), ressaltou a relevância da pasta.

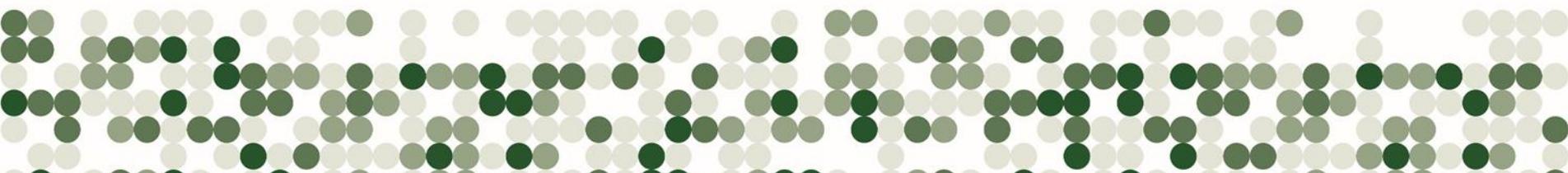
“Um tema que é fundamental para o Brasil. Não se faz turismo sem essa infraestrutura aeroportuária, importante não apenas em função da questão da geração de emprego, mas também no que agrega de valor ao PIB nacional.”

Outros parlamentares destacaram a importância do setor para a logística da produção econômica do País.

Reportagem – José Carlos Oliveira

Edição – Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias



3 de maio de 2023

Comissão debate o impacto da reforma tributária no setor do turismo

Tânia Rego/Agência Brasil



Turistas visitam o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quarta-feira (3) para discutir o impacto da reforma tributária (PECs 45/19 e 110/19) no setor de turismo. O debate atende a requerimento do deputado Romero Rodrigues (PSC-PB).

"A importância do turismo para a economia do Brasil e do mundo é inegável, uma vez que promove geração de empregos e renda para milhares de brasileiros que atuam direta ou indiretamente no setor, bem como a conservação e promoção de patrimônios materiais e imateriais do nosso País", disse o deputado.

"Com a retomada das atividades, o setor de turismo tem se recuperado relativamente rápido e, com os incentivos corretos, poderá atingir o seu potencial máximo e voltar a gerar benefícios à população brasileira", ressalta Rodrigues.

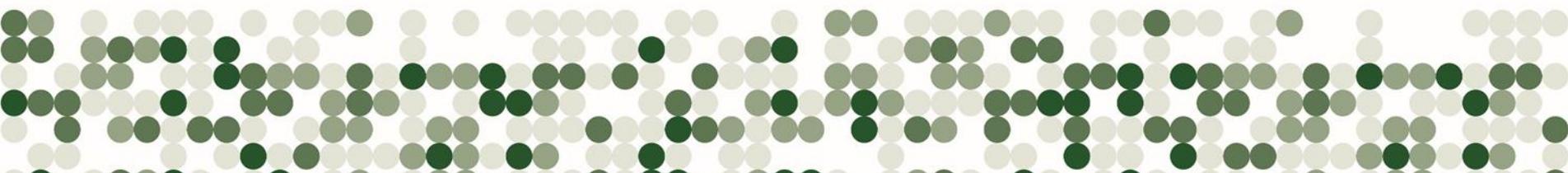
Foram convidados para o debate:

- o diretor da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), Alexandre Sampaio;
- a presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), Magda Nassar;
- o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), Manoel Linhares;
- o presidente do Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (Sindepat), Murilo Pascoal;
- a gerente jurídica da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., representando a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Graziela Carvalho;
- o presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, Marco Ferraz.

A audiência está prevista para as 15 horas, no plenário 5.

Da Redação - MB

Fonte: Agência Câmara de Notícias



13 de junho de 2023

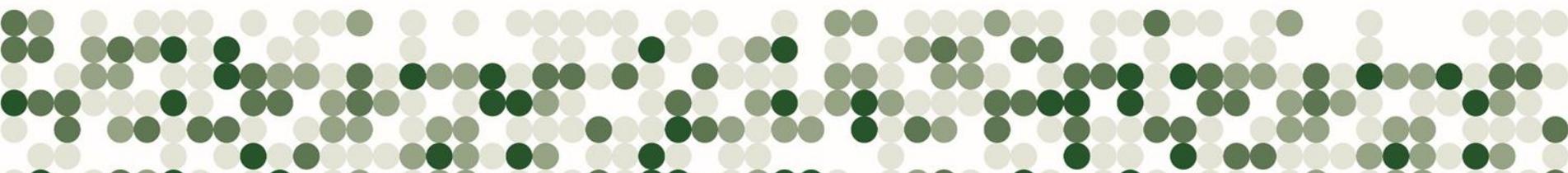
Ministra do Turismo apresenta prioridades da pasta nesta terça

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



A ministra Daniela Carneiro quando exercia mandato de deputada federal

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados ouviu nesta terça-feira (13) a ministra do Turismo, Daniela Carneiro, sobre planos e programas da pasta para 2023.

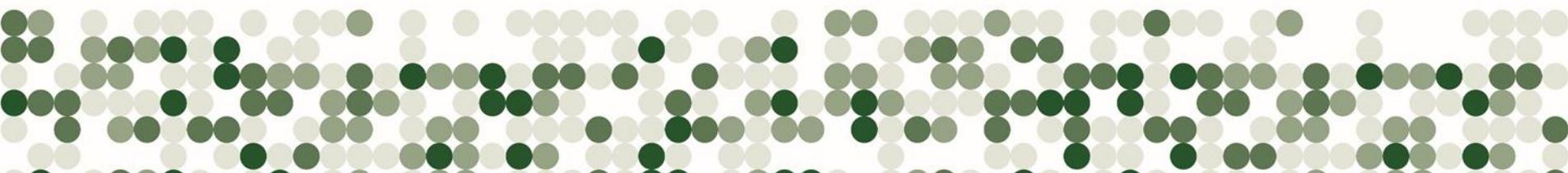


O pedido para realização da audiência pública é do deputado Bibó Nunes (PL-RS). Ele avalia que o momento ainda é de grandes desafios para o setor, como os impactos da pandemia de Covid-19, as incertezas no grau de investimento e a escalada de juros, entre outros.

A audiência com a ministra será realizada a partir das 15 horas, no plenário 11.

Da Redação - ND

Fonte: Agência Câmara de Notícias



13 de junho de 2023

Daniela Carneiro anuncia parcerias para promover turismo em comunidades indígenas e quilombolas

Outra prioridade da pasta será a qualificação profissional, principalmente para o atendimento a turistas com deficiência

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Bibo Nunes e Daniela Carneiro, durante audiência pública da Comissão de Turismo

Ao apresentar os planos da sua Pasta para este ano, a ministra do Turismo, Daniela Carneiro, informou irá fortalecer o turismo de base comunitária e, para isso, vai firmar parceira com os ministérios dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial para promover a atividade turística em comunidades indígenas e quilombolas.

Quatro roteiros já foram definidos: nas comunidades indígenas Borari, no Pará, e Raposa 1, em Roraima; na Terra Quilombola Laranjituba e África, também no Pará; e no Quilombo Povoado Moinho, localizado em Goiás. “O objetivo é possibilitar às comunidades tradicionais o desenvolvimento econômico e social por meio do turismo e da preservação da cultura e dos saberes desses povos”, ressaltou.

Daniela Carneiro enfatizou que outra prioridade da atual gestão será a qualificação profissional, principalmente para o atendimento a turistas com deficiência. A pasta já ofereceu, segundo a ministra, curso de extensão em turismo sustentável e boas práticas a 3 mil pessoas. Além disso, oferece quase 4,5 mil vagas de capacitação em parceria com institutos e universidades federais e o Sistema S. Os cursos abordam temas como cozinha brasileira e internacional, agentes de viagens, cerimonial e protocolo para eventos, autismo e inclusão.

A ministra também comemorou os resultados do setor, que já faturou neste ano R\$ 54,9 bilhões, com alta de 25,4% em relação ao mesmo período de 2019, último ano antes da pandemia de Covid-19.

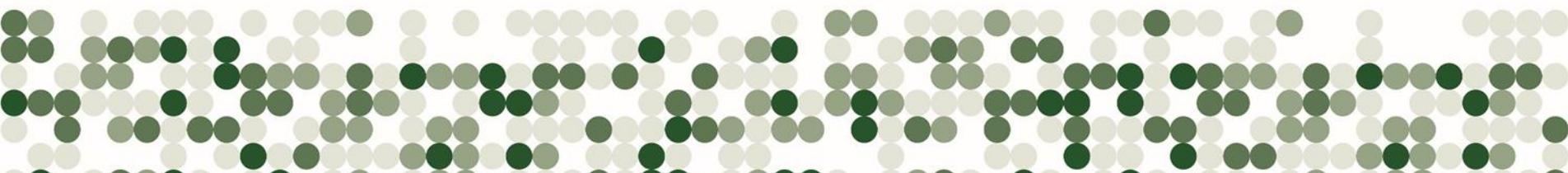
Valorização

O deputado Bibó Nunes (PL-RS) disse considerar o turismo uma “super fonte de renda”, mas que, infelizmente, não é valorizada no País. De acordo com o deputado, que pediu a realização da audiência com a ministra na Comissão de Turismo, o setor já representa a maior fonte de renda de países como França e Espanha, e mesmo o Uruguai recebe mais visitantes que o Brasil.

“Nós aqui, com uma população de mais de 220 milhões, tivemos um recorde de 6,5 milhões de turistas estrangeiros, enquanto o Uruguai, um país que tem um terço da população do Rio Grande do Sul, 3,5 milhões, recebe anualmente de 6,5 milhões a 7,5 milhões de turistas porque valoriza o turismo”, lamentou.

Um exemplo claro do descaso com o setor, na opinião de Bibó Nunes, é o orçamento do ministério. Segundo Daniela Carneiro, neste ano, a Pasta conta com apenas R\$ 19 milhões em caixa. O deputado ressaltou que o valor equivale a praticamente metade do que apenas um deputado tem direito em emendas ao Orçamento.

Daniela Carneiro relatou que o Ministério Turismo trabalha para expandir o setor. Uma das formas encontradas pela pasta para estimular as viagens seria por meio do aumento das rotas aéreas, tanto nacionais quanto internacionais. A ministra disse que promoveu diálogos tanto com o Ministério de Minas e Energia quanto com a Petrobras para baixar o preço do combustível da aviação. Segundo ela, o trabalho conjunto resultou em queda de 35% do valor do produto, e passagens aéreas quase 18% mais baratas.

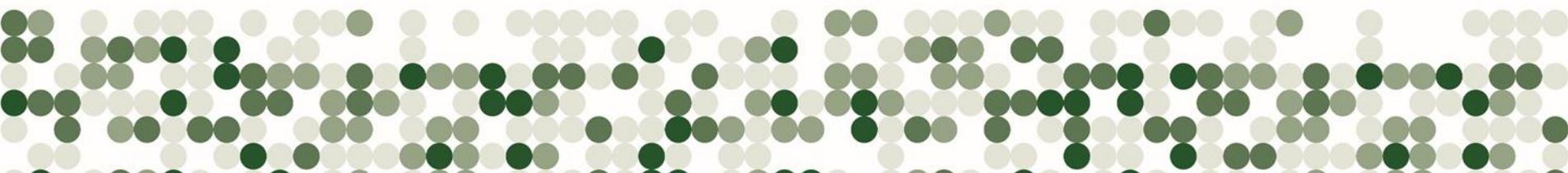


Para o deputado Washington Quaquá (PT-RJ), uma forma de estimular o turismo externo seria por meio da revitalização do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. O parlamentar sugere a compra da empresa aérea estatal portuguesa Tap pelo Brasil e uma parceria com Portugal. O objetivo seria transformar o Galeão em base de voos para África, América Latina e Caribe, enquanto Lisboa se tornaria o entroncamento de conexões para Ásia, Europa e parte da África.

Reportagem – Maria Neves

Edição – Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias



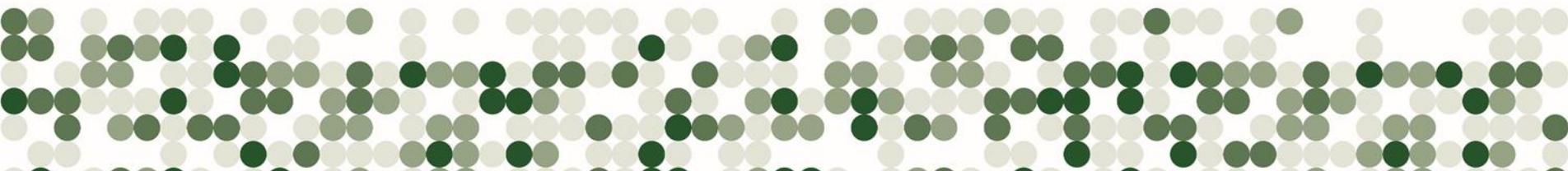
14 de junho de 2023

Comissão debate importância da cultura negra para alavancar o turismo

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Bacelar, autor do requerimento para a realização do debate



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados realiza, nesta quarta-feira (14), audiência pública sobre a importância dos ativos da cultura negra como alavanca para o turismo. O objetivo é discutir quais investimentos e iniciativas podem ser tomadas para desenvolver, promover e criar oportunidades econômicas para o setor.

O deputado Bacelar (PV-BA), que solicitou a realização do debate, acredita que o Brasil receba menos visitantes que outros países porque, além de belezas naturais, os turistas buscam por cultura, história e gastronomia.

"As nossas heranças negras e diversidade cultural podem contribuir bastante para o nosso turismo. Devemos explorar nossas maiores riquezas que são: samba, maracatu, congadas, carimbó, capoeira, moda afro-brasileira, feijoada, moqueca, acarajé, blocos afros, festas populares, terreiros e muitos outros patrimônios materiais e imateriais", diz. "As viagens também estão entre as prioridades das pessoas negras no Brasil e a preferência dos afroviajantes é por capitais da região Nordeste e com forte presença da história negra", acrescenta.

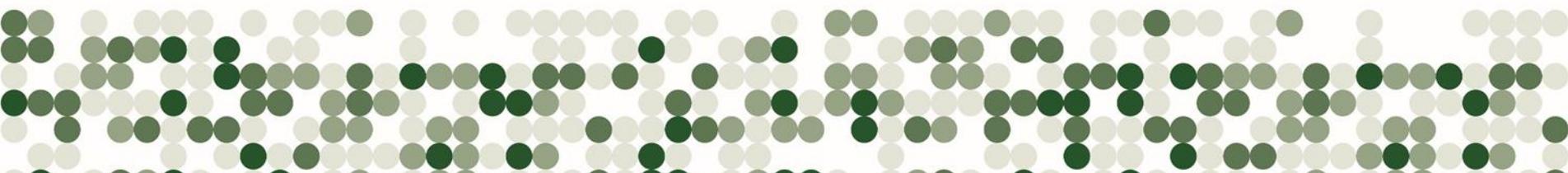
Foram convidados para o debate:

- representante do Ministério do Turismo;
- a coordenadora de Diversidade, Afroturismo e Povos Originários da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Tânia Neres;
- o diretor-executivo e co-fundador da empresa Diáspora.Black, Carlos Humberto Silva Filho; e
- o diretor de Operações e co-fundador da empresa Diáspora.Black, Antônio Pita.

O debate está marcado para as 15 horas no plenário 5.

Da Redação - AC

Fonte: Agência Câmara de Notícias



14 de junho de 2023

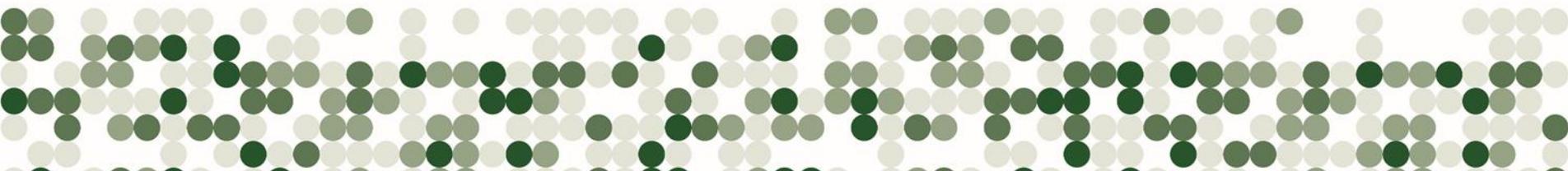
Embratur e especialistas mostram, na Câmara, o potencial do afroturismo no Brasil

Circuitos turísticos e experiências nesse sentido já estão em curso no Rio de Janeiro, na Bahia e em Alagoas

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Marcelo Freixo: desenvolvimento do afroturismo é estratégico no combate ao racismo estrutural

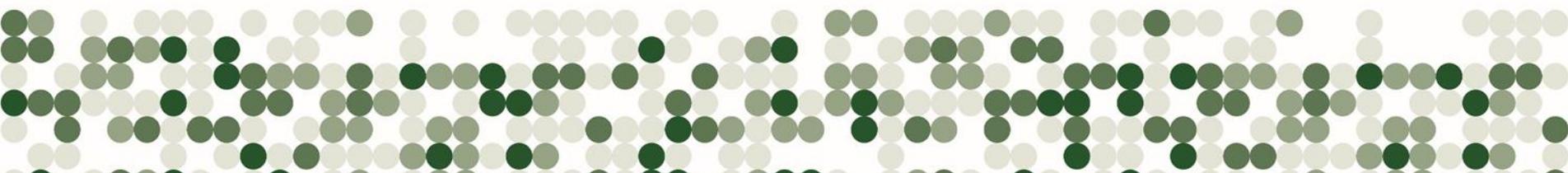


Representantes do governo federal e agentes de afroturismo apresentaram, na Câmara dos Deputados, uma série de ações para alavancar o turismo do País a partir de variados elementos da cultura negra. O tema foi debatido na Comissão de Turismo nesta quarta-feira (14). Presidente da Embratur, o ex-deputado Marcelo Freixo lembrou que o setor corresponde hoje a 7,8% do PIB e tem amplo potencial de crescimento a partir da aposta no afroturismo.

O desenvolvimento dessa atividade também é estratégico no combate ao racismo estrutural do País, segundo Freixo. “Mais do que não tolerar o racismo, a gente tem que fazer da igualdade racial um produto, uma identidade e uma visão que nos traga emprego, crescimento e desenvolvimento”, defendeu.

Organizador do debate, o deputado Bacelar (PV-BA) também vê boas perspectivas para o afroturismo a partir da mudança de perfil do turista tradicional. “As pessoas querem ter contato com a cultura local. Você chegar, por exemplo, à cidade de Salvador, ir a um templo religioso – como o Ilê Axé Opô Afonjá – que é uma pequena aldeia africana com museu, culinária, artesanato, vestuário, oficina, música, dança, religião... Não tem parque, no mundo, que consiga superar isso” destacou.

A coordenadora de diversidade, afroturismo e povos indígenas da Embratur, Tânia Neres, citou uma série de experiências em curso, como as visitas ao Cais do Valongo e ao Quilombo Pedra do Sal, no Rio de Janeiro; a Caminhada Salvador Negra, na Bahia; e o Parque Memorial dos Palmares, em Alagoas, que já recebeu mais de 10 mil visitantes de 19 países desde 2020. Além de resgate histórico, o afroturismo também tem foco em valorização cultural.



Billy Boss/Câmara dos Deputados

Governo quer desenvolver “circuitos afrocentrados” em 188 municípios

Tânia Neres anunciou iniciativas para ampliar o mercado e a interação sobretudo com a África e os Estados Unidos. “Os Estados Unidos são o nosso mercado potencial não à toa: os americanos negros gastaram US\$ 109 bilhões em turismo, nesse grande interesse que eles têm por reconexões ancestrais”, disse.

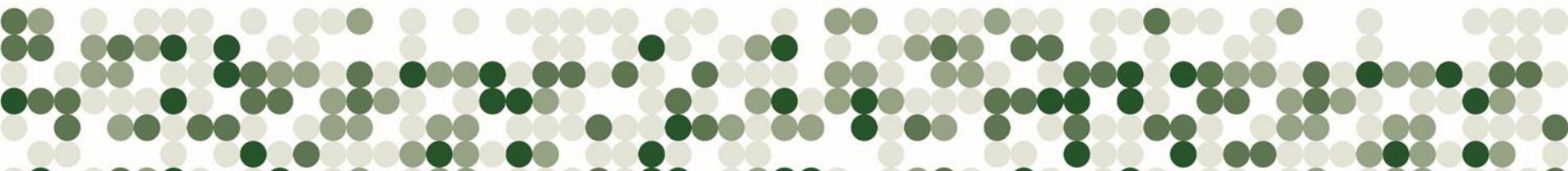
Segundo a Diáspora.Black, plataforma digital de promoção do afroturismo, 85% das iniciativas são lideradas por mulheres e 35% são registradas como microempreendedor individual (MEI). Porém, a falta de políticas públicas, de investimentos e de infraestrutura ainda são determinantes para o baixo faturamento: 48% indicaram renda de apenas mil reais por mês com afroturismo.

Circuitos

A coordenadora de articulação interfederativa do Ministério da Igualdade Racial, Melina de Lima, apresentou o Programa Rotas Negras, que busca desenvolver “circuitos afrocentrados” em 188 municípios. “É importante entender que o afroturismo é feito por nós, pessoas pretas. Ter essa história recontada por nós e ressaltando a beleza, a realeza e a potência do povo negro é o melhor caminho para preservar a nossa própria história”.

O Ministério do Turismo informou que o tema também está presente em projetos específicos, como “Experiências do Brasil Original”.

Reportagem – José Carlos Oliveira
Edição – Geórgia Moraes
Fonte: Agência Câmara de Notícias

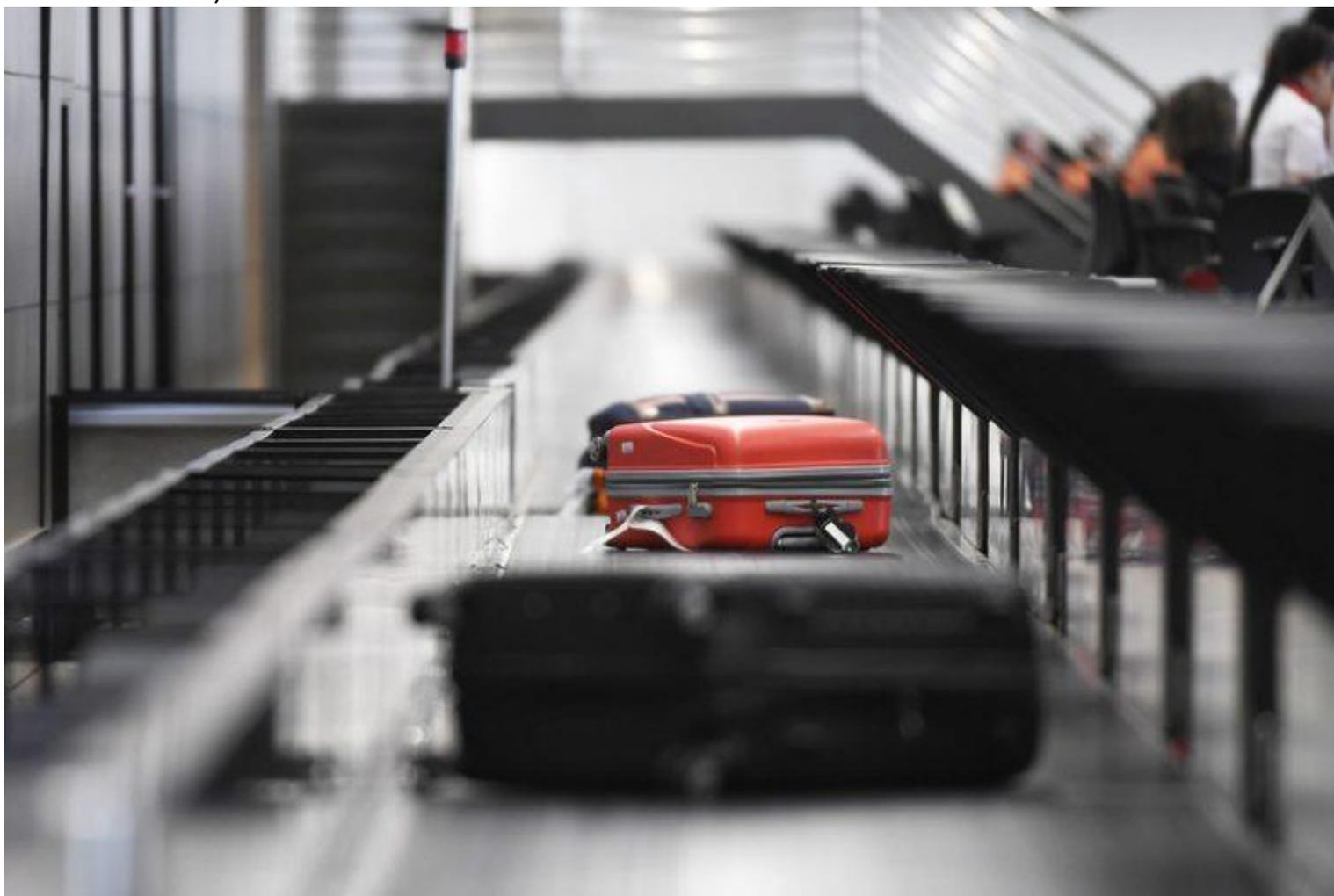


21 de junho de 2023

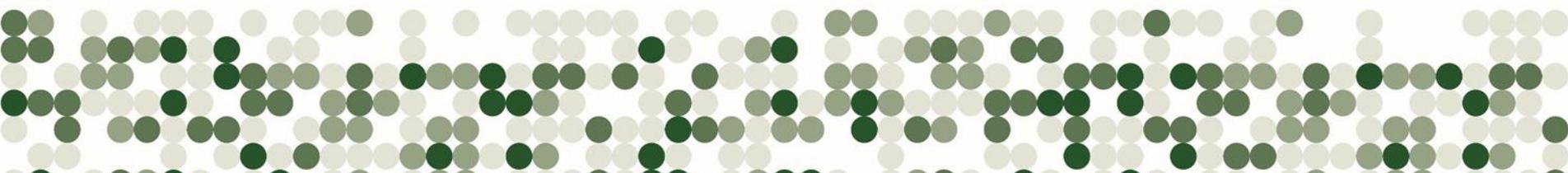
Cancelado debate sobre segurança de bagagens de passageiros em voos para o exterior

Deputados lembram caso de brasileiras presas na Alemanha por conta da troca de etiquetas de suas malas

José Paulo Lacerda/CNI



Funcionários trocaram etiquetas para mandar drogas para o exterior



As comissões de Turismo e de Segurança Pública da Câmara dos Deputados cancelaram a audiência pública que fariam nesta quarta-feira (21) para discutir a segurança de bagagens despachadas em viagens para o exterior.

O deputado Bibó Nunes (PL-RS), um dos que haviam pedido a realização do debate, lembra o caso de duas brasileiras que tiveram as etiquetas de suas bagagens trocadas no trajeto entre o Brasil e a Alemanha. "Ao chegarem ao destino, foram presas por tráfico internacional de drogas", relembra Nunes.

O parlamentar ressalta que, depois de despachadas, as bagagens estão sob responsabilidade do poder público, diretamente – por meio do Ministério de Portos e Aeroportos ou da Polícia Federal – ou indiretamente – por meio da concessionária aeroportuária. "Todos têm parte da responsabilidade sobre o que aconteceu com essas turistas", avaliou.

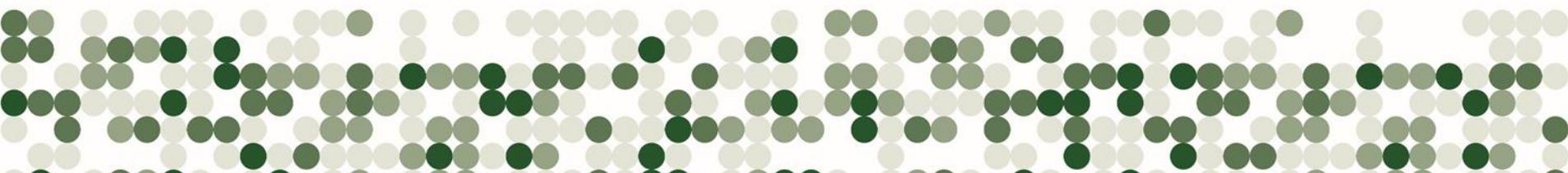
Por meio de imagens das câmeras de segurança do Aeroporto Internacional de São Paulo, a Polícia Federal identificou funcionários trocando as etiquetas das bagagens. Na ocasião, foram presos seis suspeitos de envolvimento com tráfico internacional de drogas.

"Já as brasileiras, presas injustamente no exterior, passaram mais de um mês encarceradas, até que fosse provada a inocência de ambas, por meio de cooperação jurídica internacional", recorda o deputado Coronel Meira (PL-PE), que também propôs a audiência.

A audiência não foi remarcada.

Da Redação - ND

Fonte: Agência Câmara de Notícias



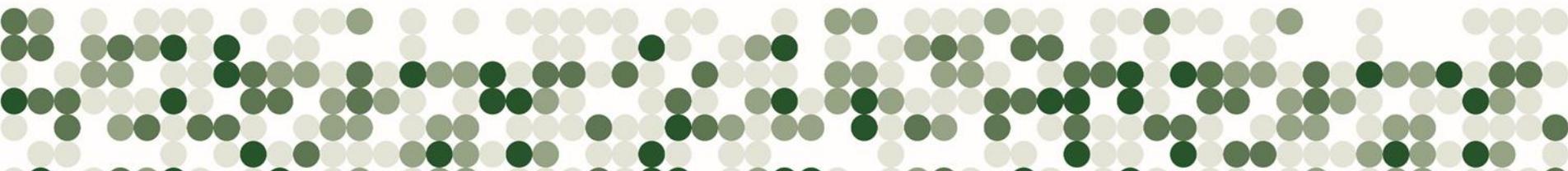
16 de agosto de 2023

Comissão de Turismo debate a criação da zona franca da uva e do vinho

Marco Couto/Assembleia Legislativa do RS



Vale dos Vinhedos no Rio Grande do Sul



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta quarta-feira (16) sobre a criação da zona franca da uva e do vinho.

O pedido para realização do debate foi apresentado pelo deputado Carlos Gomes (Republicanos-RS). Ele é autor do Projeto de Lei 1378/19, que propõe a criação da Zona Franca da Uva e do Vinho, com a aplicação de um regime tributário especial incidente sobre a produção de vinhos em 23 municípios da Serra Gaúcha, no Estado do Rio Grande do Sul.

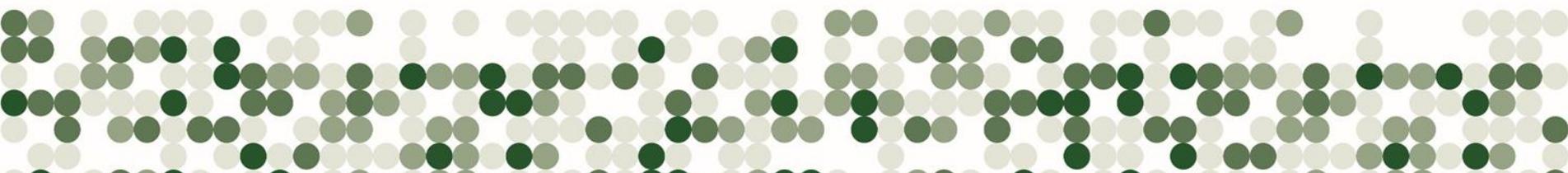
Foram convidados para o debate, entre outros:

- o deputado Gilberto Abramo (Republicanos-MG), relator do projeto de lei na Comissão de Finanças e Tributação;
- o diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Alexandre Sampaio;
- o presidente da União Brasileira de Vitivinicultura (Uvibra), Daniel Panizzi;
- o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Osmar José Vailatti;
- o presidente da Associação Brasileira de Enologia (ABE), Ricardo Morari; e
- a sócia-diretora do Spa do Vinho Hotel & Condomínio Vitivinícola, Deborah Villas Bôas Dadalt.

A audiência pública ocorre às 15 horas, no plenário 5.

Da Redação - GM

Fonte: Agência Câmara de Notícias



16 de agosto de 2023

Debatedores defendem tributação especial para a cadeia do vinho

A tributação é responsável hoje por 60% do preço final do produto, que perde mercado para concorrentes estrangeiros

Will Shutter/Câmara dos Deputados



Audiência Pública da Comissão de Turismo para discutir o tema

Participantes de audiência pública na Câmara dos Deputados defenderam a criação da Zona Franca da Uva e do Vinho nesta quarta-feira (16). Conforme ressaltou o presidente da União Brasileira de Vitivinicultura (Uvibra), Daniel Panizzi, é preciso aproveitar o debate da reforma tributária para rever a taxaçoão do setor.

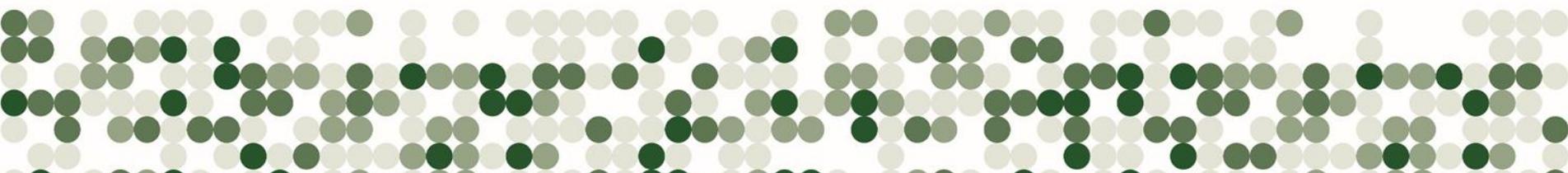
Segundo os debatedores, enquanto outros países oferecem benefícios fiscais aos produtores de vinho, no Brasil a tributação é responsável por 60% do preço final do produto. Mais caros, os vinhos e espumantes nacionais respondem somente por 10% do mercado nacional.

Por isso a preocupação de representantes do setor com a reforma tributária, como salienta a sócia-diretora do Spa do Vinho Hotel e Condomínio Vitivinícola, Deborah Villas Bôas Dadalt. "O vinho brasileiro foi usado como moeda de troca em muitos acordos internacionais, principalmente com nossos países irmãos do Mercosul, e isso causou, para nós produtores brasileiros, uma situação completamente desfavorável dentro do mercado", criticou.

Will Shutter/Câmara dos Deputados



Carlos Gomes: o objetivo é aumentar vendas nas vinícolas



Isenções

A reunião, realizada pela Comissão de Turismo, debateu o Projeto de Lei 1378/19 do deputado Carlos Gomes (Republicanos-RS), que concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ao vinho produzido em 23 municípios da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul. Os produtos da região também não terão mais de pagar PIS e Cofins, caso a medida seja aprovada.

De acordo com Carlos Gomes, o objetivo principal do projeto de lei é incentivar o enoturismo. Uma vez que os produtores não conseguem grande inserção no mercado nacional, as visitas a vinícolas representam a principal forma de comercialização do vinho brasileiro, segundo o parlamentar. "Temos cerca de mil vinícolas no Brasil e a grande maioria tem foco no enoturismo, com vendas no varejo, na porta da vinícola", afirmou.

Segundo o autor, a medida pode aumentar esse tipo de vendas. "Fazer com que todo turista, ao chegar na zona franca, possa comprar com a isenção, o que daria uma redução interessante no preço final para comprarem em maior quantidade."

Carlos Gomes explica que a proposta previa isenção para nove garrafas, mas sofreu mudanças nas comissões em que já foi analisada e hoje prevê o benefício tributário para até 18 garrafas de vinho compradas na zona franca. Além disso, produtores de vinho em todo o País poderão comercializar seus produtos nos 23 municípios gaúchos também com regime especial de tributação.

Classificação

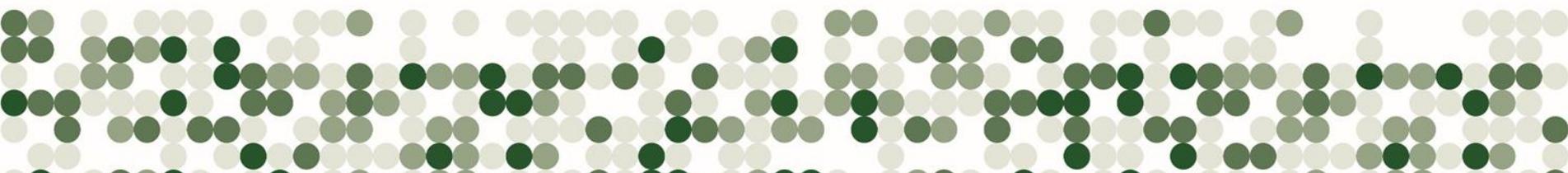
Uma alternativa para conseguir regras tributárias mais favoráveis seria classificar o vinho como alimento, como defenderam os debatedores. O deputado Carlos Gomes explicou que, na União Europeia, os vinhos já recebem essa classificação.

O deputado lembrou que, caso o acordo entre Mercosul e União Europeia entre em vigor, os vinhos da Europa, que contam com condições especiais de taxação, serão comercializados livremente na região. Com essa concorrência, ele acredita que a cadeia produtiva brasileira pode se tornar inviável.

Reportagem – Maria Neves

Edição – Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias



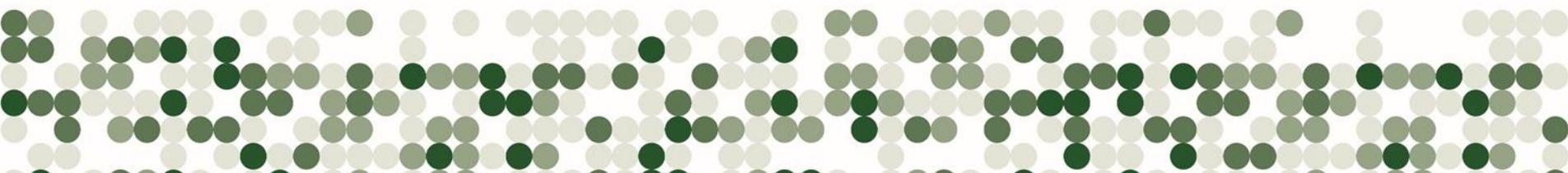
23 de agosto de 2023

Comissão debate prioridades do Ministério do Turismo

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Comando do Ministério do Turismo foi trocado recentemente



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados recebe nesta quarta-feira (23) o ministro de Turismo, Celso Sabino. A ideia é discutir as prioridades da pasta para este ano.

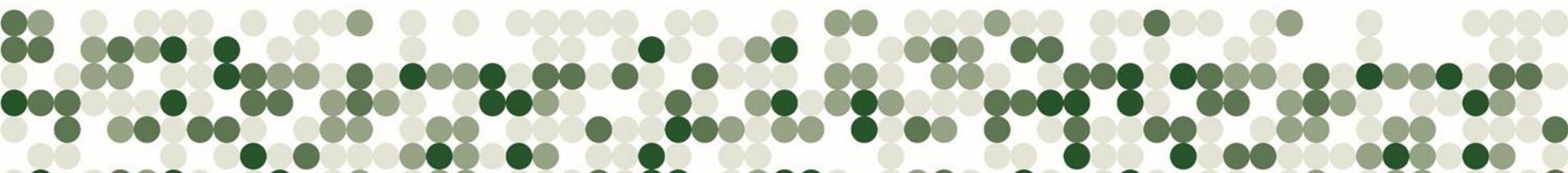
O debate atende a requerimento do deputado Keniston Braga (MDB-PA). "É importante conhecermos os planos e programas do ministério", ressaltou.

Celso Sabino (PA) é deputado federal licenciado e assumiu a pasta do Turismo em agosto no lugar da também deputada Daniela do Waguinho (União-RJ).

A reunião será realizada no plenário 5, às 15 horas.

Da Redação – MO

Fonte: Agência Câmara de Notícias



23 de agosto de 2023

Preço das passagens é entrave ao desenvolvimento do turismo no Brasil, diz ministro

Celso Sabino apresentou aos deputados estratégias para ampliar o fluxo de turistas no País

O ministro do Turismo, Celso Sabino, apresentou à Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (23) a linha mestra do Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo, o qual, segundo ele, vem sendo discutido com diversos setores da sociedade e será apresentado até o final de setembro ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Esse plano será construído com a participação do Congresso Nacional, dos secretários de Turismo de estados e municípios, de técnicos do ministério e, principalmente, de representantes do trade turístico, que são quem opera o turismo realmente na prática”, destacou Sabino, que participou como convidado de audiência pública na Comissão de Turismo.

Apontando o preço das passagens aéreas e a tímida divulgação de destinos nacionais como entraves ao desenvolvimento do turismo no Brasil, Sabino disse que o ministério estuda, juntamente com as companhias aéreas, formas de ampliar o número e a frequência de voos para destinos nacionais com preços mais baixos.

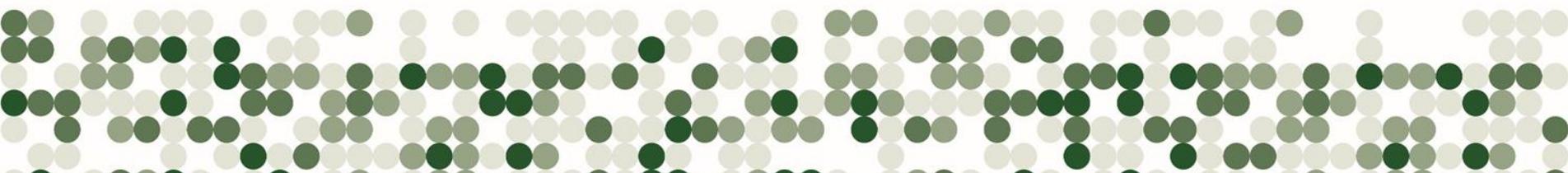
“O brasileiro não conhece o Brasil. O País tem uma média de 100 a 120 milhões de viagens internas por ano, mas há quem viaje duas ou mais vezes no ano, isso em um universo de cerca de 200 milhões de habitantes. Os Estados Unidos têm 350 milhões de habitantes e lá são cerca de 750 milhões de viagens/ano. É como se cada americano viajasse duas vezes por ano dentro do país. No Brasil, só a metade viaja”, exemplificou.

O deputado Bacelar (PV-BA) destacou que 230 milhões de chineses viajaram pelo país no dia 1º de maio, e defendeu incentivos ao turismo inter-regional. “Não podemos chegar a esse número, mas por que não incentivar o turismo inter-regional, o morador da Paraíba ou de Sergipe ir à Bahia e vice-versa?”, questionou.

Juntamente com o deputado Vermelho (PL-PR), Bacelar defendeu ainda legalização dos jogos de azar como fonte de recursos para o turismo.

Passagens Aéreas

Celso Sabino argumentou que uma das medidas que pode ter impacto no preço das passagens aéreas é tornar o País autossuficiente em querosene de aviação. Ele informou que o Brasil já produz 85% do combustível consumido, que representa cerca de 40% do preço da passagem.



“Nós estamos pedindo que as companhias aéreas abram o algoritmo que estabelece o cálculo das passagens, para que possamos apresentar ao governo uma garantia de que sermos autossuficientes em querosene, além de nos dar autonomia e independência, poderia fazer também com que o preço da passagem aérea baixe no Brasil”, disse o ministro.

De acordo com o ministro, outra meta a ser perseguida é a oferta de descontos em passagens e hospedagens para incentivar viagens por pessoas idosas e trabalhadores de baixa renda. “São programas relacionados à concessão de passagens a um custo muito reduzido, utilizando assentos ociosos, para atender a algumas categorias: trabalhadores de baixa renda que não viajaram nos últimos 12 meses ou que estão de férias e aposentados do INSS”, disse.

Novos destinos

Ainda segundo Sabino, as companhias têm assumido também o compromisso de aumentar o número de destinos cobertos no País, com perspectiva de 30 novos, além do aumento do número de voos para algumas cidades.

A vinda do ministro para apresentar planos e programas da pasta aos deputados foi proposta pelo deputado Keniston Braga (MDB-PA). “Quando o senhor nos apresenta um plano pensado e idealizado a partir das características de cada uma das nossas regiões vem também como uma ferramenta de auxílio à nossa atividade parlamentar”, disse.

O deputado Marx Beltrão (PP-AL), ex-ministro da pasta, também elogiou o planejamento, mas destacou a necessidade de orçamento para a execução. “Nos últimos anos, o orçamento chegou a praticamente zero. Não tem dinheiro nem para uma praça pública. Precisamos resolver isso na Comissão de Orçamento”, afirmou. Beltrão também defendeu a votação, pelo Senado, do projeto que legaliza cassinos no País.

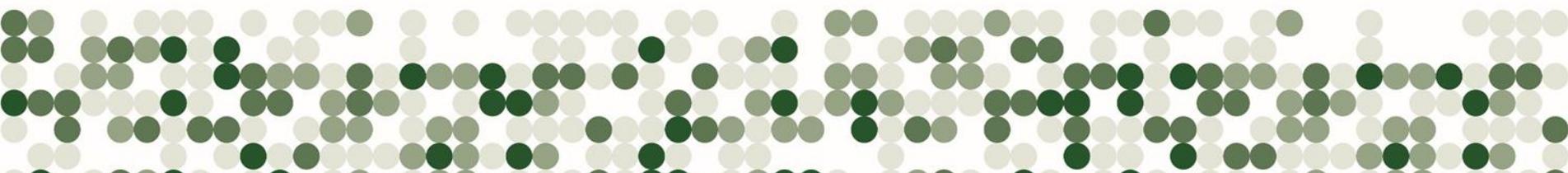
Por fim, Sabino anunciou o Salão Nacional do Turismo, a ser realizado nos meses de dezembro, para divulgar todos os atrativos turísticos do Brasil em um só local. “Pretendemos receber turistas do Brasil e do mundo para visitaçã o e conhecimento”, concluiu.

Nomeado ministro em julho deste ano, Sabino, que é deputado federal pelo União Brasil eleito pelo Pará, licenciou-se do mandato para substituir a ex-ministra e também deputada federal Daniela do Waguiño (União-RJ).

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias



30 de agosto de 2023

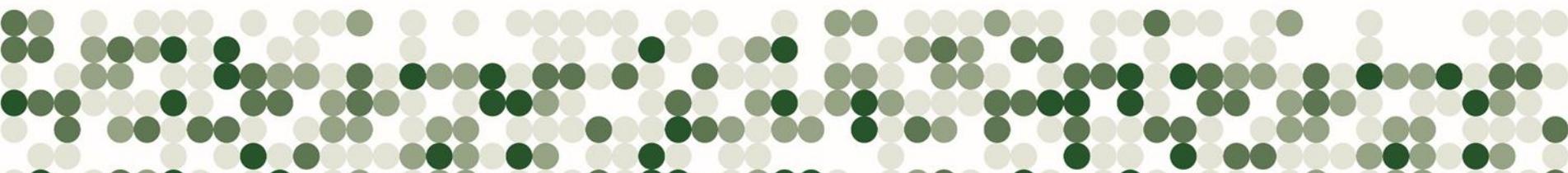
Comissão discute possibilidade de implantação do sistema Tax Free no Brasil

Benefício reembolsa parte do valor pago em impostos nas compras feitas por turistas estrangeiros

alexsl/GettyImages



Segundo Fecomércio, medida dobraria gasto anual de estrangeiros no Brasil



A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta quarta-feira (30) sobre as perspectivas de implantação do sistema *Tax Free* no Brasil. Esse benefício, concedido por muitos países a turistas estrangeiros, devolve ao visitante parte do valor pago em impostos na compra de produtos.

A iniciativa do debate é do deputado licenciado Ricardo Abrão (RJ). Ele lembra que turistas brasileiros que viajam para diferentes partes do mundo, como Estados Unidos, Europa e Emirados Árabes, procuram pelo *Tax Free* nos países visitados para reembolsar parte das taxas pagas em compras.

Na opinião do parlamentar, a adoção desse sistema no País aqueceria a economia local. "O Brasil precisa operacionalizar esse programa de incentivo ao consumo e geração de emprego e renda", diz.

Levantamento

Pesquisa feita pela Fecomércio-RJ neste ano revela que o *Tax Free* dobraria o gasto anual de estrangeiros no Brasil. Atualmente, de acordo com a entidade, o volume total despendido em compras por visitantes internacionais no País é de US\$ 212,6 milhões, com média de US\$ 542,9 por núcleo visitante (famílias, viajantes solos ou casais).

Se fosse implantado o programa de reembolso, o gasto médio aumentaria US\$ 665, elevando a média de compras no Brasil para mais de US\$ 1,2 mil por núcleo visitante.

A sondagem ouviu, entre os dias 7 de 14 de março, 866 turistas estrangeiros: 73% deles acham que o Brasil deveria adotar o *Tax Free*, sendo que 46,2% afirmaram que gastariam mais ou passariam a comprar com a adoção da medida.

Convidados

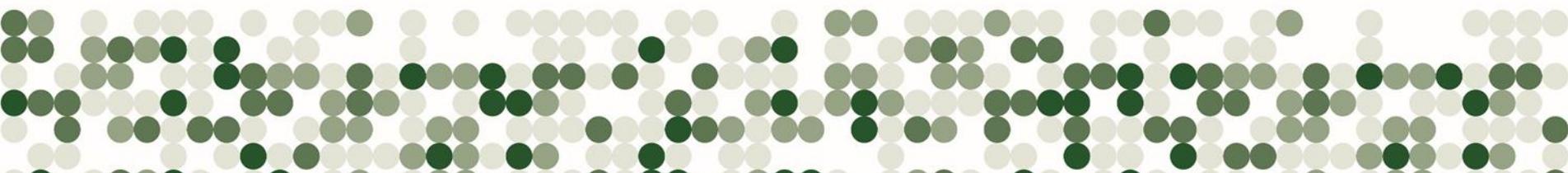
Foram convidados para o debate:

- a coordenadora-geral de Atração de Investimentos do Ministério do Turismo, Cinthia Marques;
- o subsecretário de Política Tributária e Relações Institucionais da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro, Thompson Lemos da Silva Neto;
- o diretor da Monex Participações, Diogo Bueno;
- o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, Carlos Eduardo Xavier;
- o consultor da Fecomércio-RJ Otavio Leite; e
- o presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur), Fabrício Amaral.

A reunião será realizada no plenário 5, às 15 horas.

Da Redação - MO

Fonte: Agência Câmara de Notícias



13 de setembro de 2023

Comissão debate parceria acionária do Brasil na TAP

Divulgação



Aeronave TAP Portugal

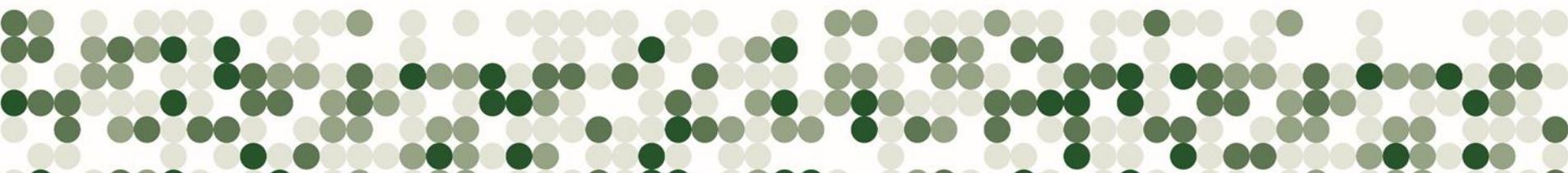
A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados debate nesta quarta-feira (13) a possibilidade de parceria acionária do Brasil com a TAP (Transporte Aéreo Portuguesa). Hoje, a TAP é uma empresa estatal, e o governo português tem planos de vendê-la. O debate foi solicitado pelo deputado Washington Quaquá (PT-RJ).

O propósito da parceria seria criar um hub internacional no aeroporto Galeão e o aeroporto de Lisboa para voos ligando o Brasil, a Portugal, a Europa, a África e América Latina "Pretendemos ajudar na construção das melhorias no transporte aéreo de passageiros e na infraestrutura aeroportuária brasileira", afirma.

O debate será realizado às 15 horas, no plenário 5.

Da Redação - RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias



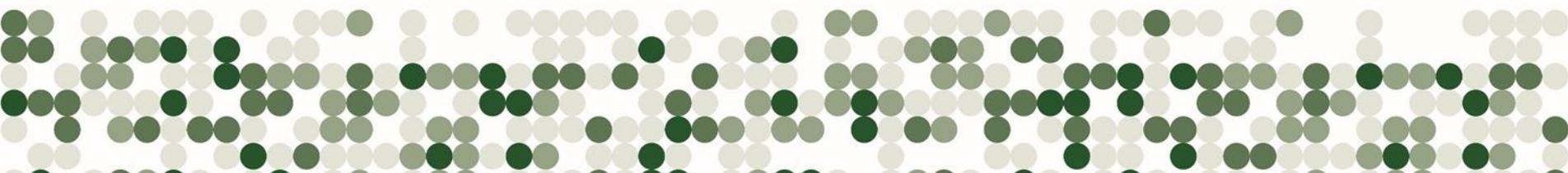
4 de outubro de 2023

Comissão realiza audiência pública em homenagem a evento natalino do Ceará

Prefeitura de Fortaleza



Coro infantil do Natal de Luz no Ceará



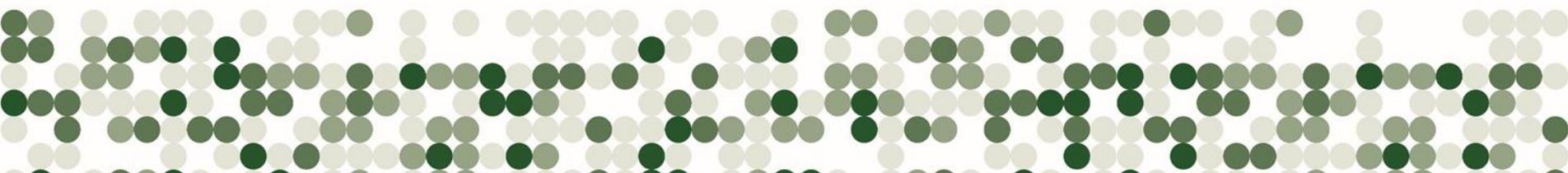
A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados vai realizar audiência pública nesta quarta-feira (4) para homenagear os 25 anos do evento "Ceará Natal de Luz", promovido pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza.

O autor do requerimento para a realização da reunião é o deputado Eduardo Bismarck (CE), que está licenciado.

"O evento, além de valorizar a cultura natalina, possui papel fundamental na valorização e no desenvolvimento do comércio e principalmente do turismo local", afirma Bismarck.

Da Redação - RB

Fonte: Agência Câmara de Notícias



4 de outubro de 2023

Comissão debate consequência da suspensão de emissão de passagens pela 123 milhas

Paulo H Carvalho/Agência Brasília



Suspensão foi anunciada em agosto

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados discute nesta quarta-feira (4) a suspensão da emissão de passagens adquiridas pela linha promocional da agência 123milhas, que recentemente entrou com pedido de recuperação judicial. A audiência pública está marcada para as 15h30, no plenário 5.

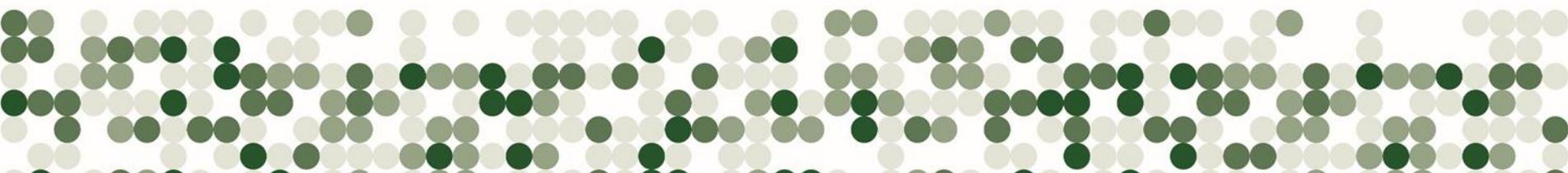
O debate foi proposto pelos deputados Romero Rodrigues (Podemos-PB) e Rodolfo Nogueira (PL-MS).

Nos requerimentos em que pedem a audiência, eles falam da necessidade de esclarecimentos sobre as circunstâncias que provocaram essa suspensão, as consequências da decisão e as medidas adotadas para minimizar os prejuízos causados aos clientes.

"Os cancelamentos de passagens aéreas afetaram diretamente os consumidores e causaram transtornos significativos, especialmente por não terem sido devidamente explicados e resolvidos até então", diz Nogueira. "É imprescindível que medidas sejam tomadas para que essa situação não volte a ocorrer", defende Rodrigues.

Da Redação - MB

Fonte: Agência Câmara de Notícias



4 de outubro de 2023

Ministro do Turismo e órgãos de defesa do consumidor pedem regulação do mercado de milhas

Eles participaram de debate na Câmara nesta terça-feira sobre o cancelamento de pacotes da empresa 123milhas – que não compareceu

O Ministro do Turismo, Celso Sabino, e representantes de entidades de defesa do consumidor sugeriram nesta quarta-feira (4) que o Congresso Nacional aprove regras para o comércio de milhas no País. Eles participaram de debate na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados sobre o cancelamento de pacotes de viagens pela 123milhas.

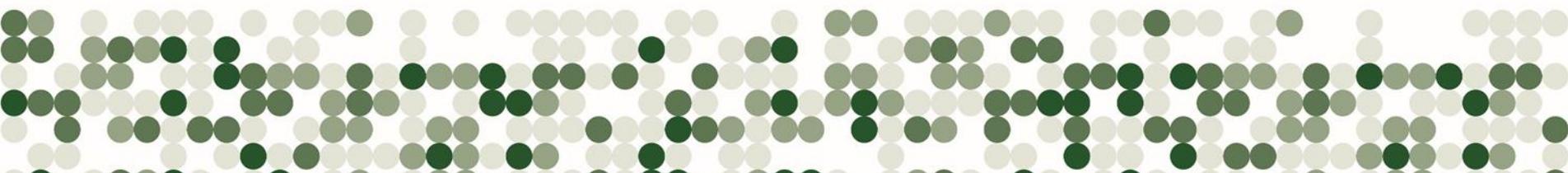
No dia 18 de agosto, a empresa anunciou a suspensão de viagens da linha "Promo", com embarques entre setembro e dezembro deste ano. A solução dada aos clientes foi a emissão de vouchers para a compra de novos pacotes. No fim de agosto, entretanto, a 123milhas deu início a um plano de demissões e, em seguida, entrou em recuperação judicial. Somadas, as dívidas passam de R\$ 2,5 bilhões.

“É importante o empenho do parlamento nesta direção, porque mostra que esse caso não vai ficar sem a responsabilização de quem promoveu esses eventos”, disse Sabino. “Esse caso vai motivar o legislador a empreender uma legislação que vise regular esse mercado [de comércio de milhas]”, acrescentou.

Juntamente com os deputados Romero Rodrigues (Podemos-PB) e Rodolfo Nogueira (PL-MS), que sugeriram o debate, Sabino ainda lamentou a ausência de representantes da 123milhas na reunião. Os sócios da empresa foram convidados, mas não compareceram.

Rodrigues, que presidiu a reunião, criticou a ausência dos empresários no debate. “A razão principal da reunião era exatamente permitir que os representantes da empresa pudessem prestar informações para o Brasil e para todos esses milhares de consumidores que foram lesados com o cancelamento”, disse.

Vitor Hugo Ferreira, coordenador-geral de Estudos e Monitoramento da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), disse que o órgão, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, já se reuniu com sócios da 123milhas, que ficaram de apresentar à Senacon um plano de recuperação - o que não ocorreu até o momento.



“O dano já se materializou e nós não temos a certeza de uma indenização aos consumidores”, disse Ferreira. “Diante dessa circunstância, temos que pensar em uma forma de regular esse setor para, de alguma forma, minimizar efeitos futuros de empresas que operem da mesma forma.”

Luiz Orsatti Filho, diretor do Procon-SP, citou dados que mostram um aumento expressivo no número de reclamações contra a empresa no mês de agosto. “No caso específico da 123milhas, a média de reclamações era de 500 por mês. Com a suspensão das vendas e o pedido de recuperação, foram registradas 6.300 reclamações em agosto”, apontou.

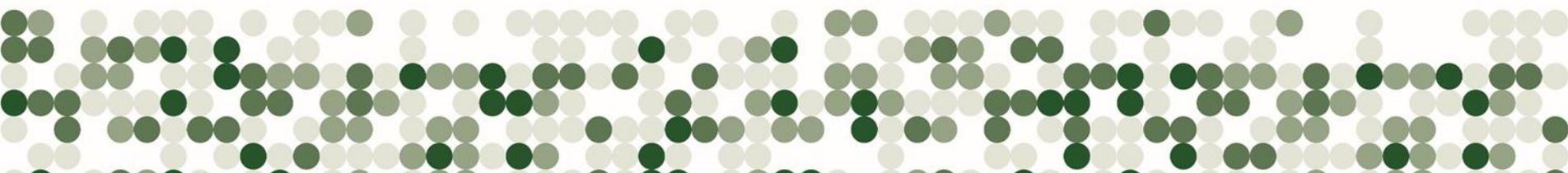
Orsatti Filho também defendeu que o Congresso aprove mudanças na legislação. “Condutas lesivas aos consumidores não devem ser modelo negócio. Por isso, os senhores aqui têm uma importante missão: elaborar leis para regular esse negócio que envolve a venda de milhas”, disse.

Manoel Linhares, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), criticou o modelo de negócio que permite a comercialização de hospedagens sem relação contratual entre clientes e hotéis. A entidade representa cerca de 40 mil hotéis no Brasil. “Em muitos casos, os hotéis não têm qualquer relação contratual com o cliente que reserva por meio desses intermediários”, afirmou.

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias



25 de outubro de 2023

Comissão vai debater ações de fomento ao turismo

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Romero Rodrigues é o autor do requerimento para a audiência

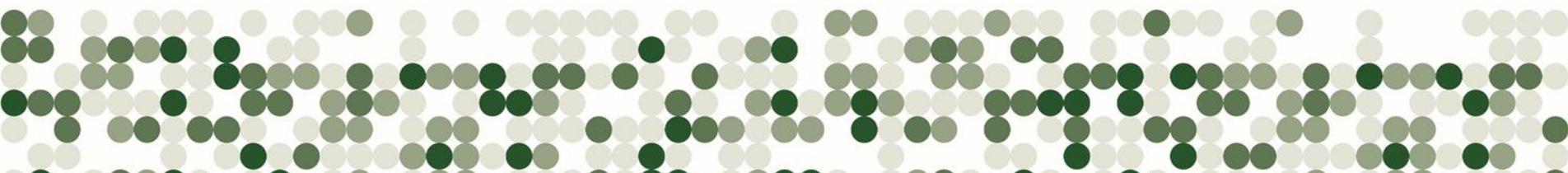
A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados vai debater ações de fomento ao turismo nesta quarta-feira (25), em audiência marcada para as 16 horas no plenário 5.

"É essencial reconhecer a importância de discutir os caminhos do turismo no Brasil e de empreender ações direcionadas ao seu desenvolvimento, divulgação e propagação", disse o deputado.

"Nesse contexto, não apenas são ampliadas as oportunidades econômicas, mas também enriquecida a identidade nacional e reforçadas as conexões globais que tornam o Brasil parte de um mundo interconectado", acrescentou.

Da Redação – RB

Fonte: Agência Câmara de Notícias



29 de novembro de 2023

Comissão debate impacto de empreendimento turístico Maraey, em Maricá (RJ)

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Washington Quaqué é o autor do requerimento para a realização da audiência

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quarta-feira (29) para discutir os impactos ambiental, social e econômico do empreendimento turístico-imobiliário Maraey, no município de Maricá (RJ), que está com suas obras suspensas desde maio.

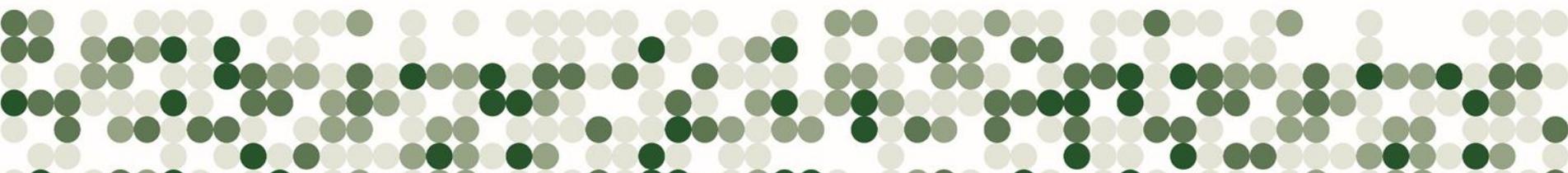
O autor do requerimento para a realização da audiência é o deputado Washington Quaquá (PT-RJ), um defensor do empreendimento, que contará com 1.100 quartos e estima levar 500 mil turistas por ano à região.

Essa região abriga a Restinga de Maricá, definida como Patrimônio da Humanidade pela Unesco e classificada como "Área de Extrema Importância Biológica" pelo Ministério do Meio Ambiente.

O deputado acredita que a audiência vai mostrar os benefícios e impactos expressivos da iniciativa. "[O projeto] é hoje referência mundial de investimento responsável e sustentabilidade integral pelo compromisso ambiental, a responsabilidade social e o desenvolvimento econômico", defendeu Washington Quaquá.

Da Redação – RB

Fonte: Agência Câmara de Notícias



6 de dezembro de 2023

Entidades reforçam, na Câmara, a candidatura da Chapada do Araripe a patrimônio da humanidade

Dossiê técnico sobre a região será encaminhado pelo Brasil à Unesco

Vincius Loures/Câmara dos Deputados



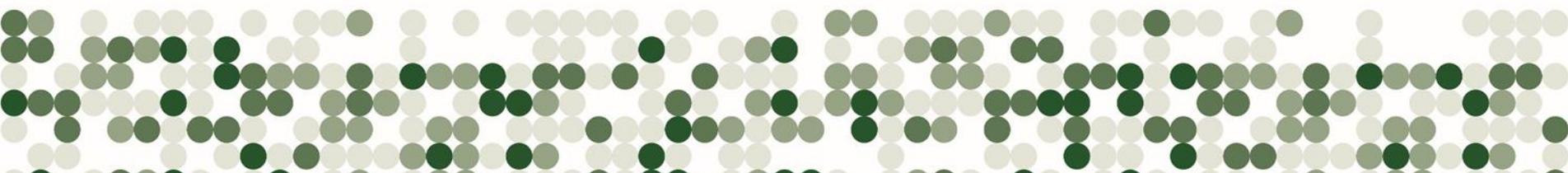
Assunto foi debatido pela Comissão de Turismo

Com o apoio de órgãos federais, várias instituições do sertão do Cariri, no Ceará, reforçaram a candidatura da Chapada do Araripe a patrimônio da humanidade, durante audiência na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (6).

O dossiê sobre a região deve entrar na lista do Brasil para 2024, a ser submetida à apreciação da Unesco, órgão da ONU para ciência, educação e cultura. Além do Ceará, a Chapada do Araripe abrange áreas de Pernambuco e Piauí marcadas por pluralidade cultural e relíquias paleontológicas, arqueológicas e paisagísticas.

O presidente da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, Alemberg Quindins, acrescenta que a região guarda registros da evolução do planeta ao longo das eras geológicas. “Se nós fizéssemos uma viagem de drone vindo da África ou da Europa, nós iríamos compreender que a Chapada do Araripe é um relicário, uma testemunha do período cretáceo, da divisão desses continentes”, destacou.

A Chapada do Araripe tem áreas de Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, abrigou uma das primeiras florestas nacionais (Flona) em 1946, e se tornou o primeiro Geoparque da Unesco nas Américas em 2006, conciliando ações de educação, turismo, geoconservação e empoderamento da população local.



Vincius Loures/Câmara dos Deputados

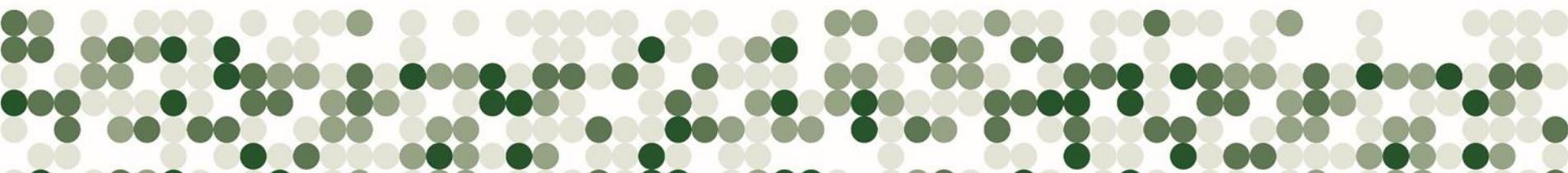


Andrey Schlee: dossiê técnico da Chapada do Araripe tem “qualidade invejável”

Candidatura

Ao todo, 129 instituições estão articuladas, desde 2019, na candidatura a patrimônio mundial. O dossiê técnico-científico ficou a cargo da Universidade Regional do Cariri, com financiamento do governo cearense.

O diretor regional do Sesc-Ceará, Henrique Javi, ressaltou a valorização da cultura e dos modos de vida do sertanejo presentes no mote da campanha: “Patrimônio dá humanidade”. “Tem uma coisa importante nessa proposição, que é não utilizar o patrimônio da humanidade como relação de posse: é um ‘dá’ com acento agudo que torna verbo essa palavra. Todo esse empenho é para mostrar que o reconhecimento de áreas como essas provoca humanidade nas pessoas e traz para as pessoas essa ancestralidade que nos faz reconhecer como humanos”.



Técnica do Instituto Brasileiro de Museus, Sônia Regina Florêncio avalia que a autenticidade da candidatura está no respeito ao cotidiano da Chapada do Araripe. “É a primeira vez que a gente vê uma proposta de candidatura construída assim, de baixo para cima. E pode se tornar referência internacional porque os organismos internacionais têm buscado novas práticas e orientações para que o conceito de ‘valor universal excepcional’ seja ressignificado a partir de proposições dos grupos sociais e comunidades, sobretudo na América Latina”.

O diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Andrey Schlee, acompanha candidaturas brasileiras bem-sucedidas desde 2012, como Cais do Valongo, Sítio Burle Marx e Paraty, no Rio de Janeiro; e a Pampulha, em Belo Horizonte. Schlee disse que o dossiê técnico da Chapada do Araripe tem “qualidade invejável” e que caberá ao Iphan ser um facilitador da candidatura.

“O trabalho ainda vai ser árduo porque a gente sabe que é preciso mudar a visão de que patrimônio mundial é o castelo europeu e trocar literalmente a cinderela por um mestre (ou mestra) que está trabalhando no ferro e no couro, lá no Cariri”.

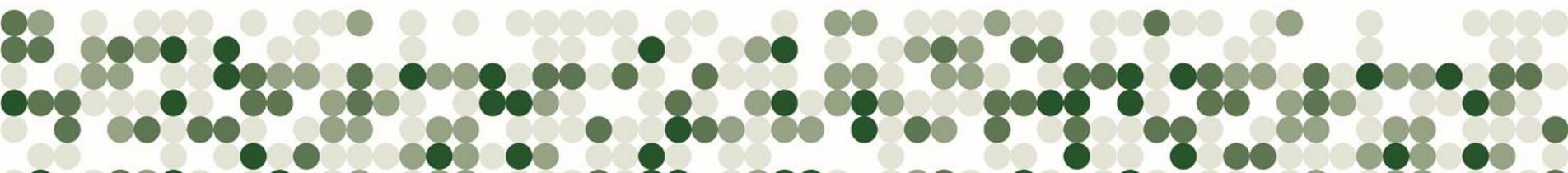
Organizador da audiência, o deputado Luiz Gastão (PSD-CE) aposta no desenvolvimento socioeconômico do Cariri e vai buscar o apoio formal da Câmara dos Deputados à candidatura da Chapada do Araripe junto à Unesco. “Fortalecendo todos esses argumentos, ter a chancela não apenas da Comissão de Turismo, mas também das Comissões de Cultura e de Meio Ambiente, representando o apoio da Câmara a essa ação”.

Entre bens culturais e naturais, o Brasil conta atualmente com 23 sítios na lista de patrimônio da humanidade.

Reportagem – José Carlos Oliveira

Edição – Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias



CTur em Números

Balanço de 2023

1. Eventos

Reunião de instalação e eleição de Mesa	2
Reuniões deliberativas	21
Audiências públicas	14
Seminários realizados	1
Eventos externos	0
Total	38

2. Proposições apreciadas

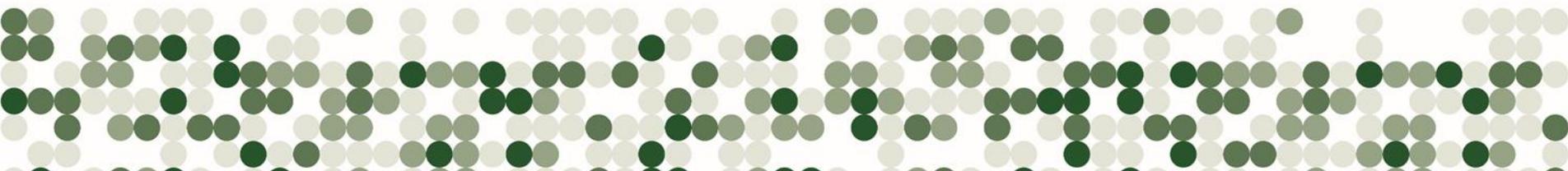
Projetos apreciados	41
Aprovados	39
Rejeitados	2

2. Proposições pendentes de apreciação

Proposições pendentes de apreciação	
-------------------------------------	--

3. Requerimentos

Aprovados	43
-----------	----



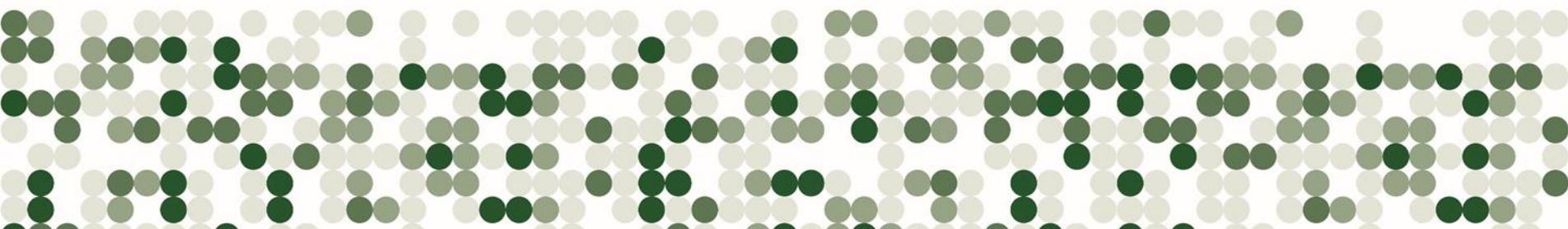
Proposições na CTur em 2023

Requerimentos

REQ	Autor	Ementa	Situação
REQ-1/2023	Bibo Nunes (PL/RS)	Requer que seja convidada a Ministra do Turismo, Sra. Daniela Carneiro, para apresentar os Planos e Programas do Ministério em 2023.	Aprovado em 22/03/23.
REQ-2/2023	Bibo Nunes (PL/RS)	Requer que seja realizada audiência pública para tratar da isenção de vistos para turistas dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão.	Aprovado em 22/03/23. Subscrito pelo Dep. Romero Rodrigues (PSC/PB).
REQ-3/2023	Bibo Nunes (PL/RS)	Requer que seja realizada audiência pública para tratar da emissão de passagens aéreas e suas decorrências econômicas.	Aprovado em 22/03/23.
REQ-4/2023	Bibo Nunes (PL/RS)	Requer que seja convidado o nobre colega, Deputado Federal Damião Feliciano, Presidente do Conselho de Comunicação da Câmara dos Deputados para discutir o programa semanal sobre Turismo dentro da grade de programação da TV Câmara.	Aprovado em 22/03/23.
REQ-5/2023	Eduardo Bismarck (PDT/CE)	Requer realização de Audiência Pública na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados em homenagem aos 25 anos do Ceará Natal de Luz, promovido pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza – CDL de Fortaleza.	Aprovado em 22/03/23.
REQ-6/2023	Washington Quaquá (PT/RJ)	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 24, IV, do Regimento Interno da Câmara	Aprovado em 29/03/23.

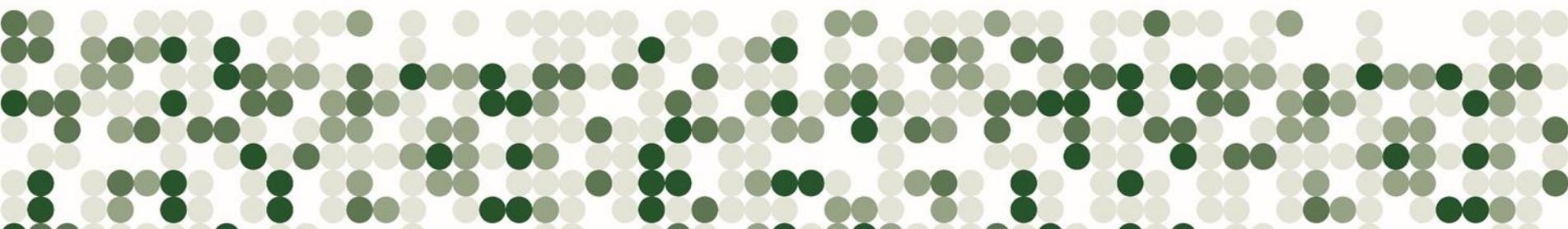
		dos Deputados, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentação do "Panorama da infraestrutura portuária e aeroportuária brasileira e das perspectivas de atuação do novo governo para o setor". Proponho para a audiência a presença do Exmo. Sr. Márcio França, Ministro de Portos e Aeroportos.	
REQ-7/2023	Romero Rodrigues (PSC/PB)	Requer a realização de Audiência Pública para debater a legalização dos jogos de azar no Brasil.	Aprovado em 12/04/23. Subscrito pelos Deputados Daniel Trzeciak (PSDB/RS), Carlos Gomes (Republicanos/RS), Marco Brasil (PP/PR), Vermelho (PL/PR) e Yury do Paredão (PL/CE) e com a inclusão da Embratur como convidada.
REQ-8/2023	Romero Rodrigues (PSC/PB)	Requer a indicação de membros e servidores desta Comissão de Turismo para realizar visita técnica às estruturas das empresas aéreas Gol, Latam e Voepass em São Paulo - SP.	Aprovado em 12/04/23.
REQ-9/2023	Romero Rodrigues (PSC/PB)	Requer a indicação de membros e servidores desta Comissão de Turismo para realizar visita técnica a estruturas da empresa Cruise Lines International Association (CLIA).	Aprovado em 12/04/23.
REQ-10/2023	Romero Rodrigues (PSC/PB)	Requer a realização de audiência pública para a discussão do impacto da reforma tributária no setor de turismo e prestadores de serviços.	Aprovado em 12/04/23. Subscrito pelos deputados Daniel Trzeciak (PSDB/RS), Carlos Gomes (Republicanos/RS), Vermelho (PL/PR), Marco Brasil (PP/PR) e Rodolfo Nogueira (PL/MS), e com a sugestão de inclusão dos seguintes convidados: representantes

			da Clia Brasil, da Azul Linhas Aéreas, da Resorts Brasil, do Fórum dos Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB) e do deputado Jonas Donizette.
REQ-11/2023	Bibo Nunes (PL/RS)	Requer que seja realizada audiência pública para tratar da segurança das malas em viagem ao exterior.	Aprovado em 12/04/23. Subscrito pelos deputados Carlos Gomes (Republicanos/RS), Daniel Trzeciak (PSDB/RS), e Rodolfo Nogueira (PL/MS) e com a sugestão de audiência conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.
REQ-12/2023	Bacelar (PV/BA)	Requer a realização de Audiência Pública para debater a importância dos ativos da cultura negra como alavanca para o turismo.	Aprovado em 19/04/23.
REQ-13/2023	Washington Quaquá (PT/RJ) e Ricardo Abrão (UNIÃO/RJ)	Requer a criação de Subcomissão Especiais de apoio à legalização dos cassinos e dos jogos de apostas no Brasil.	Aprovado em 19/04/23.
REQ-14/2023	Ricardo Abrão (UNIÃO/RJ)	Requer a realização de Audiência Pública para apresentação de pesquisa com Turistas Internacionais realizada pela Fecomércio-RJ e debater perspectivas para implantação do sistema TAX FREE no Brasil (PLP 354/17 e CONFAZ).	Aprovado em 19/04/23.
REQ-15/2023	Yury do Paredão (PL/CE)	Convida a Exma. Sra. Ministra do Turismo Daniela Carneiro e os Membros dessa Comissão em uma visita a cidade de Juazeiro do Norte	Aprovado em 03/05/2023. Subscrito pelos deputados Eduardo Bismarck (PDT/CE) e Luiz Gastão (PSD/CE).



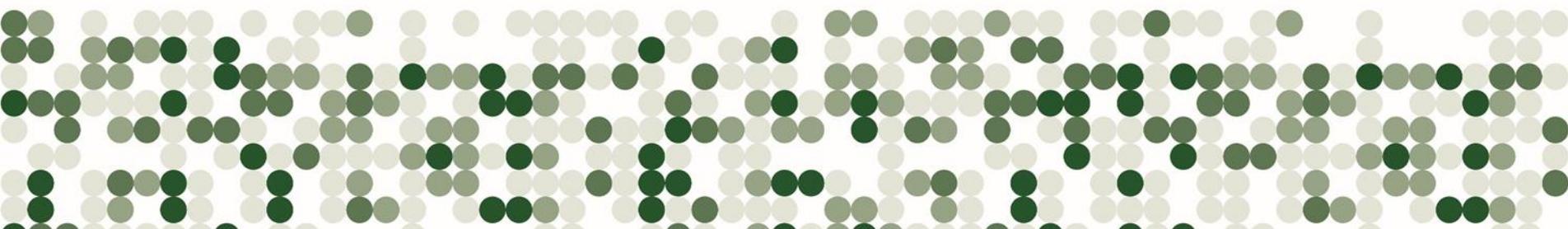
		para conhecer o turismo religioso na Cidade e Estado do Ceará.	
REQ-16/2023	Romero Rodrigues (PSC/PB)	Requer a indicação de membros e servidores desta Comissão de Turismo para participar de Mesa Redonda em Campina Grande-PB.	Aprovado em 03/05/2023.
REQ-17/2023	Carlos Gomes (REPUBLIC/RS)	Requer a realização de Audiência Pública para debater a criação da Zona Franca da Uva e do Vinho.	Aprovado em 10/05/2023. Subscrito pelo deputado Bibó Nunes (PL-RS) e com a inclusão da convidada Deborah Villas-Bôas Dadalt, a pedido do Autor do Requerimento, deputado Carlos Gomes.
REQ-18/2023	Vermelho (PL/PR)	Requer a participação da Comissão de Turismo na 18ª edição do FESTIVAL DAS CATARATAS nos dias 31 de maio, 01 e 02 de junho de 2023.	Aprovado em 10/05/2023.
REQ-19/2023	Jorge Goetten (PL/SC)	Requer a realização de Audiência Pública, com a finalidade de discutir a decisão das empresas aéreas de cobrar prioridade na fila de entrada para guardar bagagem.	Aprovado em 14/06/23.
REQ-20/2023	Washington Quaquá (PT/RJ)	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 24, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, com o objetivo "Para discutir a possibilidade de uma parceria acionária do Brasil na TAP (Transporte Aéreo Portuguesa) para criar um hub internacional no aeroporto Galeão e o aeroporto de Lisboa para voos ligando o Brasil, a	Aprovado em 14/06/23.

		Portugal, a Europa, a África e América Latina".	
REQ-21/2023	Washington Quaqué (PT/RJ)	Requer a indicação de membros e servidores desta Comissão de Turismo para realizar visita técnica às estruturas das obras de construção da tirolesa no Pão de Açúcar na cidade do Rio de Janeiro.	Aprovado em 14/06/23. Subscrito pelo deputado Romero Rodrigues (PSC/PB).
REQ-22/2023	Luiz Gastão (PSD/CE)	Requer a realização de audiência pública para debater a inscrição da Chapada do Araripe na Lista Indicativa Brasileira para Patrimônio da Humanidade.	Aprovado em 09/08/2023. Subscrito pelo deputado Vermelho (PL/PR).
REQ-23/2023	Keniston Braga (MDB/PA)	Requer seja convidado o Senhor Ministro do Turismo, Celso Sabino, com a finalidade de apresentar o plano de trabalho a ser executado e as ações que irá programar frente ao Ministério.	Aprovado em 09/08/2023. Subscrito pelo deputado Bibó Nunes (PL/RS).
REQ-24/2023	Romero Rodrigues (PSC/PB)	Requer a indicação de membros desta Comissão de Turismo para participação na 50ª edição da ABAV Expo.	Aprovado em 23/08/2023.
REQ-25/2023	Romero Rodrigues (PSC/PB)	Requer a realização de audiência pública para debater a suspensão de emissão de passagens anunciada pela agência 123milhas.	Aprovado em 23/08/2023.
REQ-26/2023	Romero Rodrigues (PSC/PB)	Requer a indicação de membros desta Comissão de Turismo para participação no 65º Conotel -Congresso Nacional de Hotéis.	Aprovado em 23/08/2023.



REQ-27/2023	Romero Rodrigues (PSC/PB)	Requer a indicação de membros desta Comissão de Turismo para participação no 12º Brazil Travel Market – BTM, no dia 19 de outubro.	Aprovado em 23/08/2023.
REQ-28/2023	Romero Rodrigues (PSC/PB)	Requer a indicação de membros desta Comissão de Turismo para cumprimento de agenda junto à Organização Mundial do Turismo (OMT) em Madrid, Espanha.	Aprovado em 23/08/2023.
REQ-29/2023	Romero Rodrigues (PSC/PB)	Requer a indicação de membros desta Comissão de Turismo para participação no III Summit Eventos Brasil, nos dias 11, 12 e 13 de setembro.	Aprovado em 23/08/2023.
REQ-30/2023	Newton Cardoso Jr (MDB/MG)	Requer a realização de Seminário da Comissão de Turismo no município de Contagem-MG, para debater o impacto da construção da passarela sob a BR 381 (Fernão Dias).	Aprovado em 30/08/23. Subscrito pelo deputado Bacelar (PV/BA).
REQ-31/2023	Rodolfo Nogueira (PL/MS)	Requer a realização de audiência pública para debater sobre os cancelamentos de passagens da empresa 123milhas.	Aprovado em 13/09/2023. Subscrito pelo deputado Marco Brasil (PP/PR) e com a inclusão do presidente do setor hoteleiro.
REQ-32/2023	Bacelar (PV/BA)	Solicita realização de Audiência Pública para debater o PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 146/2020 - do Sr. Fabio Schiochet - que "susta a aplicação de dispositivos da Portaria nº 318, de 7 de novembro de 2019, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que "Altera a Portaria nº 69 de 22 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a regulamentação de diretrizes para a	Prejudicado por perda de objeto e arquivado em 29/09/23.

		preservação do Conjunto Rural de Rio da Luz, no município de Jaraguá do Sul, no estado de Santa Catarina" e da Portaria nº 69, de 22 de fevereiro de 2013.	
REQ-33/2023	Felipe Carreras (PSB/PE)	Requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA para debater alternativas para o custeio e a promoção internacional do turismo no Brasil, com participação de representantes das entidades que indica.	Aprovado em 18/10/2023.
REQ-34/2023	Rodolfo Nogueira (PL/MS)	Requer Moção de louvor ao Município de Bonito/MS pelos seus 75 anos.	Aprovado em 18/10/2023.
REQ-35/2023	Romero Rodrigues (PODE/PB)	Requer a indicação de membros e servidores desta Comissão de Turismo para participar do Festuris Gramado.	Aprovado em 18/10/2023.
REQ-36/2023	Romero Rodrigues (PODE/PB)	Requer realização de Audiência Pública na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados para discutir ações que visem fomentar o turismo no Brasil, bem como, elencar ações que visem contribuir para o desenvolvimento, divulgação e propagação dos destinos turísticos brasileiros.	Aprovado em 18/10/2023.
REQ-37/2023	Romero Rodrigues (PODE/PB)	Requer a indicação de membros e servidores para participação na 2ª Conferência Internacional de Turismo – CONFETUR.	Aprovado em 18/10/2023.
REQ-38/2023	Romero Rodrigues (PODE/PB)	Requer que a Comissão de Turismo participe da FESTURIS entre 09 e 12 de novembro de 2023.	Aprovado em 18/10/2023.

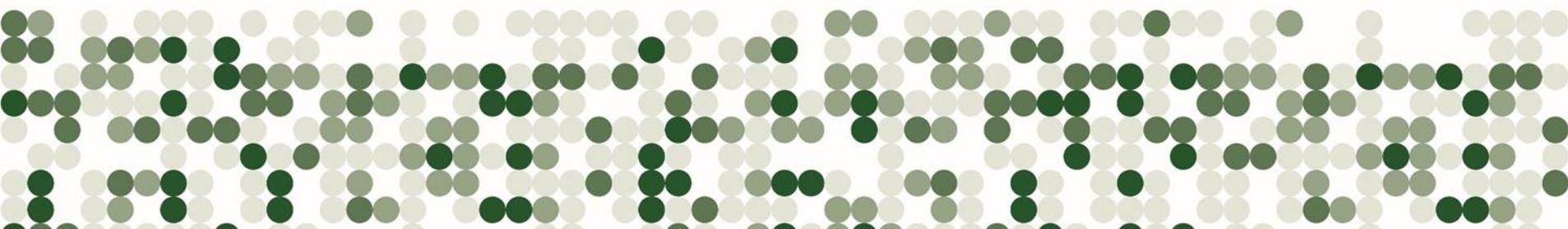


REQ-39/2023	Romero Rodrigues (PODE/PB)	Requer Moção de Louvor e Regozijo ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Turismo Celso Sabino, pelo título de “Ministro do Turismo de 2023 da América do Sul”.	Aprovado em 08/11/2023. Subscrito pelo deputado Luiz Gastão (PSD/CE).
REQ-40/2023	Washington Quaquá (PT/RJ)	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 24, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, com o objetivo "Para discutir o Empreendimento MARAEY “Estudo de Impacto Ambiental, Social e Econômico” do projeto perante a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados.	Aprovado em 22/11/2023. Subscrito pelo deputado Jorge Goetten (PL/SC).
REQ-41/2023	Romero Rodrigues (PODE/PB)	Requer Moção de Aplauso e Reconhecimento a Marta Rossi e Eduardo Zorzanello, realizadores da 35ª edição do FESTURIS – Feira Internacional de Turismo.	Aprovado em 22/11/2023.
REQ-42/2023	Luiz Gastão (PSD/CE)	Requer o envio de ofício da Comissão de Turismo para defesa da inclusão da Bacia Cultural da Chapada do Araripe como Bem Misto na Lista do Patrimônio Mundial.	Aprovado em 13/12/2023.
REQ-43/2023	Eduardo Bismarck (PDT/CE)	Requer Moção de Aplauso e Louvor ao Estado do Ceará, que recebeu Jacaré de Ouro do Prêmio Caio.	Apresentado em 20/12/2023.



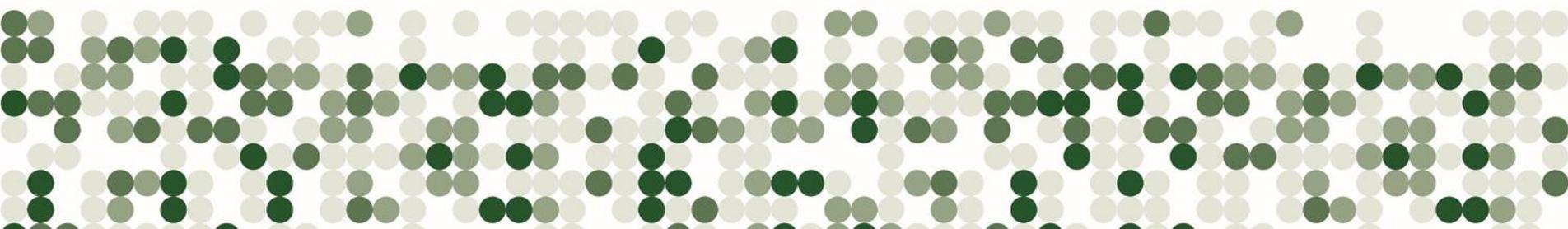
Proposições apreciadas

Proposição	Autor	Ementa	Relator	Parecer
PL 4537/23	Otavio Leite	Cria o Vale Turismo e institui o Programa Conhecendo o Brasil, nas condições que especifica e dá outras providências.	Eduardo Bismarck	Pela aprovação. Aprovado em 03/05/23.
PL 2121/22	Danilo Forte	Inclui no calendário turístico oficial do País o Festival Halleluya, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.	Eduardo Bismarck	Pela aprovação. Aprovado em 03/05/23.
PL 3144/21	Marcos Pereira	Institui a região turística Vale do Panema, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico.	Carlos Gomes	Pela aprovação. Aprovado em 10/05/23.
PL 531/20	Felipe Carreras	Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que “Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências”, para incluir a análise de impacto turístico no rol de exigência do plano de manejo.	Eduardo Bismarck	Pela aprovação, com substitutivo. Aprovado em 17/05/23.



PL 1921/22	Maria do Rosário	Inclui no calendário turístico oficial a Feira Nacional do Doce (Fenadoce), no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.	Daniel Trzeciak	Pela aprovação. Aprovado em 31/05/23.
PL 2771/22	Filipe Barros	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para a permitir a inclusão de taxistas e cooperativas de táxis em cadastro do Ministério do Turismo.	Bibo Nunes	Pela aprovação, com emenda. Aprovado em 14/06/23.
PL 7033/14	Senado Federal - Jayme Campos	Altera o art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre sinalização trilingue.	Vermelho	Pela aprovação deste, e do PL 6730/2013, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do Substitutivo adotado pela CVT, e do PL 6168/2013, apensado. Apresentou CVO Aprovado em 09/08/23.
PL 4388/21	Capitão Augusto	Institui a região dos Caminhos do Tietê como Área Especial de Interesse Turístico, nos termos que especifica.	Coronel Telhada	Pela aprovação, com substitutivo. Aprovado em 09/08/23.
PL 1949/22	Ney Leprevost	Insera no Calendário Nacional de Eventos, do Ministério do Turismo, o Festival de Gastronomia Caiçara, do município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná.	Marco Brasil	Pela aprovação. Aprovado em 09/08/23.
PL 1950/22	Ney Leprevost	Insera no Calendário Nacional de Eventos, do Ministério do Turismo, a	Marco Brasil	Pela aprovação. Aprovado em 09/08/23.

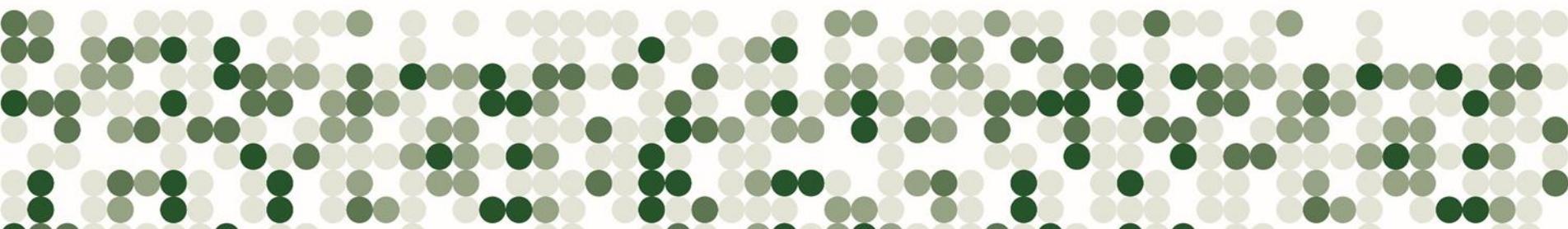
		tradicional Festa do Frango, da Polenta e do Vinho de Santa Felicidade, da cidade de Curitiba, Estado do Paraná.		
PL 641/2011	Geraldo Resende	Altera a Lei nº 11.771, de 2008, para acrescentar-lhe inciso estabelecendo multa aos meios de hospedagem que não cumprirem a diária de 24 horas, e dá outras providências.	Thiago de Joaldo	Pela aprovação deste, do PL 3984/2012, do PL 5377/2013, do PL 908/2015, do PL 2886/2015, do PL 3722/2015, e do PL 1314/2015, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do Substitutivo adotado pela CDC Aprovado em 20/09/23.
PL 1947/2022	Ney Leprevost	Inserir no Calendário Nacional de Eventos, do Ministério do Turismo, a tradicional Festa Beneficente da Tainha, do município de Guaratuba, Estado do Paraná.	Vermelho	Pela aprovação. Aprovado em 18/10/23.
PL 2162/2022	Ney Leprevost	Inserir no Calendário Nacional de Eventos, do Ministério do Turismo, as festas, exposições, feiras e festivais tradicionais do Estado do Paraná.	Vermelho	Pela aprovação. Aprovado em 18/10/23.
PL 3758/2023	Alfredo Gaspar	Cria a Rota Turística das Cidades Coloniais Alagoanas, no Estado de Alagoas.	Jorge Goetten	Pela aprovação. Aprovado em 18/10/23.



PL 5709/2019	Cássio Andrade	Cria a Rota Turística e Cultural das Origens Amazônicas.	Keniston Braga	Pela aprovação. Aprovado em 8/11/23.
PL 676/2023	Delegado Fabio Costa	Institui o Programa Nacional de Turismo Educativo - PRONTE, com a finalidade de possibilitar visitas monitoradas dos estudantes de escolas públicas ao patrimônio histórico, turístico, paisagístico e ambiental, entre outras providências".	Bacelar	Pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 3.755/2023, apensado. Aprovado em 8/11/23.
PL 1778/2023	Ricardo Ayres	Cria a Rota Turística do Capim Dourado, no Estado do Tocantins.	Thiago de Joaldo	Pela aprovação. Aprovado em 8/11/23.
PL 1779/2023	Ricardo Ayres	Cria a Rota Turística das Serras Gerais do Tocantins, no Estado do Tocantins.	Thiago de Joaldo	Pela aprovação. Aprovado em 8/11/23.
PL 2437/2022	Roberto Alves	Estabelece o tratamento isonômico de todas as crenças religiosas em políticas públicas de incentivo e apoio ao turismo religioso.	Eduardo Bismarck	Pela aprovação. Aprovado em 22/11/23.
PL 3264/2023	Celso Sabino	Inclui no calendário turístico oficial do País o Festival do Çairé, no Distrito de Alter do Chão, no Município de Santarém, no Estado do Pará	Paulinho Freire	Pela aprovação. Aprovado em 22/11/23.

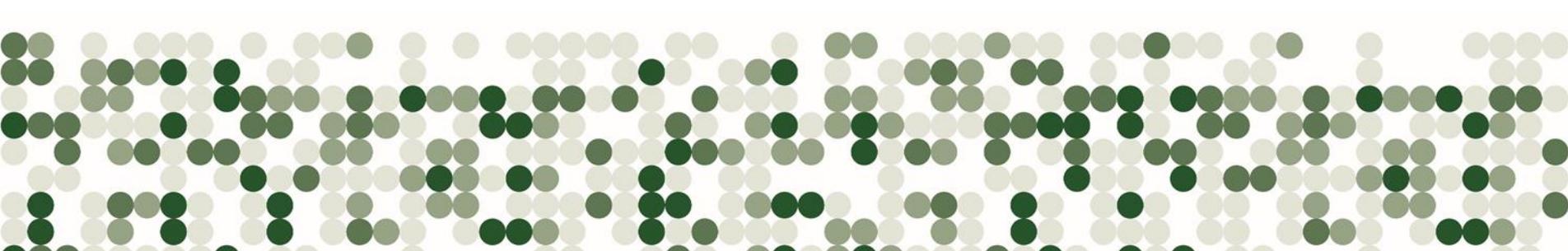
PL 4099/2023	Helder Salomão	Altera a Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, para acrescentar as Agências de Turismo Receptivo entre as modalidades de Agências de Turismo.	Bacelar	Pela aprovação. Aprovado em 22/11/23.
PL 4402/2023	Lídice da Mata	Confere ao município de Ilhéus, no estado da Bahia, o título de Capital Nacional da Rota do Cacau e do Chocolate.	Bacelar	Pela aprovação. Aprovado em 22/11/23.
PL 230/2019	Roberto de Lucena	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida em hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados, além de definir a norma padrão de acessibilidade a ser seguida, e dá outras providências.	Paulinho Freire	Pela aprovação deste e do PL 2.359/2019, apensado, com substitutivo. Aprovado em 6/12/23.
PL 2359/2019	Damião Feliciano	Altera o artigo 45 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	Paulinho Freire	Pela aprovação deste e do PL 230/2019, ao qual foi apensado, com substitutivo. Aprovado em 6/12/23.
PL 6578/2019	Filipe Barros	Institui a região da Represa Capivara, que abrange municípios dos estados do	Marco Brasil	Pela aprovação, com substitutivo Aprovado em 6/12/23.

		Paraná e de São Paulo, como Área Especial de Interesse Turístico.		
PL 2130/2022	Pinheirinho	Cria a Rota Turística Vale do Paraopeba, no Estado de Minas Gerais.	Ana Paulo Leão	Pela aprovação Aprovado em 6/12/23.
PL 3034/2023	Paulinho Freire	Inclui no Calendário Turístico oficial do País o evento Carnatal, no Município de Natal, localizado no Estado do Rio Grande do Norte.	Ana Paulo Leão	Pela aprovação Aprovado em 6/12/23.
PL 3035/2023	Paulinho Freire	Inclui no Calendário Turístico Oficial do País o evento Pingo da Mei Dia, realizado anualmente no mês de junho no Município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.	Ana Paulo Leão	Pela aprovação Aprovado em 6/12/23.
PL 3816/2023	Luiz Couto	Inclui no Calendário Turístico Nacional a Celebração da Festa do Servo de Deus Padre Ibiapina, no Município de Solânea, Estado da Paraíba.	Romero Rodrigues	Pela aprovação Aprovado em 6/12/23.
PL 4538/2023	Aluisio Mendes	Cria a Rota Turística Caminho das Areias, nos Estados do Maranhão e do Piauí.	Marcos Aurélio Sampaio	Pela aprovação Aprovado em 6/12/23.
PL 3045/2021	Walter Alves	Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo (Fundeco), e dá outras providências.	Eduardo Bismarck	Pela aprovação. Aprovado em 13/12/23.
PL 3650/2021	Nivaldo Albuquerque	Institui o "Passaporte Equestre" e dá outras providências	Rodolfo Nogueira	Pela aprovação. Aprovado em 13/12/23.



Projetos rejeitados

Proposição	Ementa	Comissão	Situação	Data Tramitação
PL 6168/2013	Dispõe sobre a sinalização turística.	Comissão do Turismo	Rejeitado	09/08/23
PL 3755/2023	Institui o Programa Turismo Cívico.	Comissão do Turismo	Rejeitado	08/11/23



Emendas orçamentárias aprovadas pela CTur

▪ Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2024

Emenda – 50070001

Programa: Turismo, Esse é o Destino

Ação: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – 10V0

Acréscimo de meta proposto: 5.000

Resultado na CMO: Aprovada parcialmente.

Emenda – 50070002

Programa: Turismo, Esse é o Destino

Ação: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - 20Y3

Acréscimo de meta proposto: 5.000

Resultado na CMO: Aprovada parcialmente.

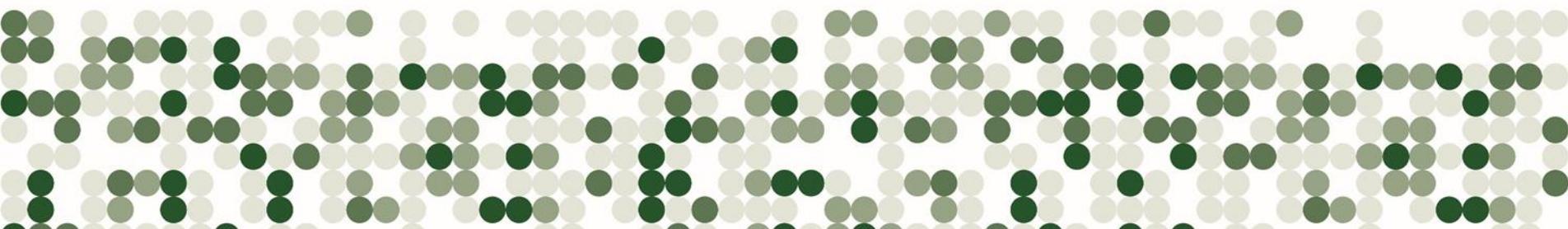
Emenda – 50070002

Programa: Turismo, Esse é o Destino

Ação: Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo – 21FN

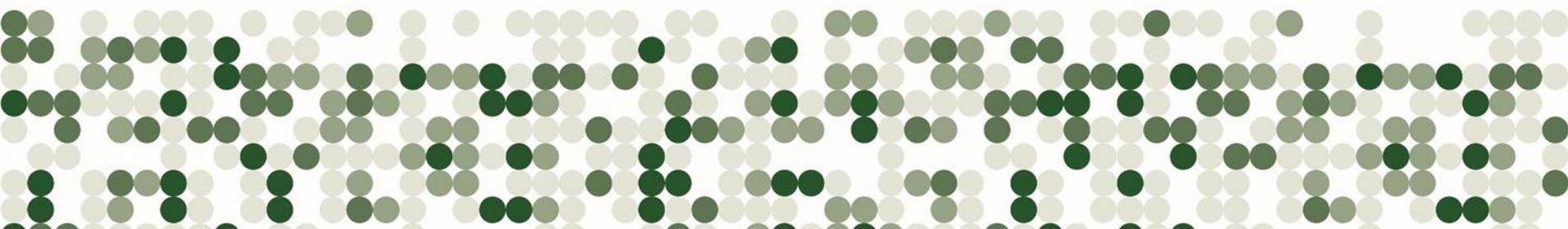
Acréscimo de meta proposto: 1.000.000

Resultado na CMO: Aprovada parcialmente.



▪ Projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA-2024

<p>Emenda – 50070001 Ação: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional Valor Acrescido: R\$ 500.000.000 Resultado na CMO: Aprovação parcial.</p>
<p>Emenda – 50070002 Ação: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística Total da Emenda: R\$ 1.000.000.000. Resultado na CMO: Aprovação parcial.</p>
<p>Emenda – 50070003 Ação: Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo Total da Emenda: R\$ 500.000.000 Resultado na CMO: Aprovação parcial.</p>
<p>Emenda – 50070004 Ação: Planejamento, Inteligência, Inovação e Competitividade no Turismo Total da Emenda: R\$ 200.000.000. Resultado na CMO: Aprovação parcial.</p>



Equipe Técnica

Secretário-Executivo

Calebe Nunes Silva

Servidores da Secretaria

Amanda Maria Campanini Pereira

Ana Paula Barbosa França

Estefânia de Castro Diniz

Gleice Chagas dos Angelos

Estagiária em Turismo

Maria Eduarda Finotti de Carvalho Alves

Câmara dos Deputados
Comissão de Turismo
Anexo II, Pav. Superior, Ala A, Sala 151
CEP 70.160-900 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-6831/6832
<http://www.camara.leg.br/ctur>

